



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS – CCJS
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

LAERTTE EHRICH RODRIGUES DE SOUSA SANTOS

OS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS DA PARAÍBA
COM BASE NO PROJETO PEDAGÓGICO

SOUSA – PB

2017

LAERTTE EHRICH RODRIGUES DE SOUSA SANTOS

OS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS DA PARAÍBA
COM BASE NO PROJETO PEDAGÓGICO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Administração da Unidade Acadêmica de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, da UFCG, como requisito para conclusão do curso.

Orientadora: Ms. Islânia Andrade de Lira
Delfino

SOUSA – PB
2017

LAERTTE EHRICH RODRIGUES DE SOUSA SANTOS

OS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS DA PARAÍBA
COM BASE NO PROJETO PEDAGÓGICO

Monografia aprovada em ____ / ____ / ____

Prof. Ms. Islânia Andrade de Lira Delfino

Orientador(a)

Prof. Dr^a Maria de Fátima Nóbrega Barbosa.

Examinadora

Prof. Ms. Vorster Queiroga Alves

Examinador

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, meu mestre, meu guia e meu socorro. A minha mãe, Marlete Ehrich de Sousa Santos, a meu pai, Luis Rodrigues dos santos, e a minha amada Milena Stela Freire da Silva Carvalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida e Seu amor infinito. Agradeço por tudo que tens feito por mim, pela família que me destes, pelos amigos que me concedestes e por estares presente em todos os momentos da minha vida, guiando-me e dando-me forças para enfrentar as dificuldades.

Agradeço a minha mãe, Marlete Ehrich de Sousa Santos, e a meu pai, Luis Rodrigues dos Santos, pela maravilhosa criação que me deram, por todo o amor e carinho que sempre recebi, pelas incontáveis palavras de incentivo e motivação para sempre seguir em frente e nunca desistir. Vocês foram e sempre serão fundamentais em minha vida!

Agradeço a minha amada Milena Stela Freire da Silva Carvalho pelas horas de dedicação ao meu lado na realização deste sonho, pelas infinitas palavras de incentivo e cobrança para a conclusão deste e por todo o amor e atenção que você me proporciona. Obrigado por fazer parte de minha vida.

Agradeço aos professores do curso de Administração da UFCG-CCJS que dedicaram seu tempo e compartilharam suas experiências para que minha formação fosse um ótimo aprendizado de vida. Vocês são grandes colaboradores deste trabalho.

Agradeço a professora Maria de Fátima Nóbrega Barbosa pela paciência, dedicação, incentivo e pelas incontáveis ajudas para a realização deste sonho. Sem a senhora isso não seria possível. Muito obrigado professora.

Agradeço a professora Islânia Andrade de Lira Delfino, minha orientadora, pela paciência, comprometimento, dedicação, ajuda e cobrança para a realização deste sonho. Suas orientações permitiram-me concretizar este trabalho. Muito obrigado.

*"Esforça-te, e tem bom ânimo; não temas,
nem te espantes; porque o SENHOR, teu
Deus é contigo."*

Josué 1:9

RESUMO

No Brasil e no mundo tem crescido a preocupação com o ensino em de Administração e, embora cada país tenha cumprido uma própria evolução até conseguir soluções compatíveis com as suas necessidades, algumas soluções mundialmente conhecidas são seguidas e celebradas. Pensando nisso, a presente pesquisa tem como objetivo conhecer as particularidades e características dos cursos de Administração de universidades públicas da Paraíba com base no Projeto Pedagógico de Curso (PPC). Para tanto, o estudo em questão trata-se de uma pesquisa qualitativa exploratória descritiva e documental, levantando informações de Cursos de Administração de Instituições de Ensino Superior públicas do estado da Paraíba por meio dos seus sites institucionais. Foi encontrado e analisado cinco Projeto Pedagógico de Curso de quatro Universidades Federais: Instituto Federal da Paraíba – IFPB campus João Pessoa, Universidade Estadual da Paraíba – UEPB campus Campina Grande, Universidade Federal de Campina Grande – UFCG campus Sousa e Universidade Federal da Paraíba – UFPB campus Bananeiras e João Pessoa. Os resultados mostraram que no caso dos 5 PCCs há uma diferença entre alguns componentes curriculares, como por exemplo: no Instituto Federal da Paraíba - IFPB destaca-se as disciplinas de Inglês para Negócios, Saúde e trabalho e Libras. Na Universidade Estadual da Paraíba – UEPB as disciplinas são voltadas ao mercado de trabalho, com componentes curriculares como: Análise de Investimento, Economia Brasileira, Orçamento Empresarial e público. Na Universidade Federal de Campina Grande – UFCG o diferencial da grade curricular em relação aos outros cursos está na Redação Empresarial e Administração de Serviços. Já na Universidade Federal da Paraíba – UFPB, campus Bananeiras, as disciplinas são voltadas mais para o agronegócio, com disciplinas como: Fundamentos do Agronegócio, Logística de Agronegócio e outras disciplinas, enquanto que, no campus da UFPB de João Pessoa está voltado mais para indústria e comércio. No quesito pesquisa e extensão cada universidade tem os seus projetos e tais projetos proporcionam ao estudante oportunidades de desenvolver suas habilidades, analisar situações e propor mudanças no ambiente organizacional e societário, produzindo conhecimento. Sobre o trabalho de conclusão de curso, cada universidade possui seus manuais e seguem a normas da ABNT. Como conclusão da pesquisa vemos a importância do projetos pedagógicos enquanto norteador das ações da universidade. Não obstante é necessário haver algumas iniciativas no sentido de demonstrar que o ensino em Administração pode se valer de outras formas além da matriz tradicional. A maioria das práticas em termos pedagógicos na área enfoca a “transmissão para o uso” mais do que o posicionamento para a criação do conhecimento.

Palavras-chave: Administração. Ensino em Administração. Projeto Pedagógico.

ABSTRACT

In Brazil and in the world there has been growing concern about the teaching of Administration and, although each country has fulfilled its own evolution until reaching solutions compatible with its needs, some solutions known worldwide are followed and celebrated. Thinking about it, the present research has the goal of knowing the particularities and characteristics of the Administration's courses of public universities of Paraíba based on their Course Pedagogical Project (PPC). Therefore, the study in question is a descriptive and descriptive exploratory qualitative research, raising information from Public Administration Courses of Public Institutions of the Paraíba's state through its institutional sites. There was found and analyzed five Course Pedagogical Project from four Federal University: Federal Institute of Paraíba - IFPB João Pessoa campus, State University of Paraíba - UEPB Campina Grande campus, Federal University of Campina Grande - UFCG Sousa campus and Federal University of Paraíba - UFPB Bananeiras and João Pessoa campus. The results showed that in the case of the 5 PPCs there is a difference between some curricular components, for example: in the Federal Institute of Paraíba - IFPB the English for Business, Health and Labor and Libras subjects are highlighted. At the State University of Paraíba - UEPB, the disciplines are focused on the labor market, with curricular components such as: Investment Analysis, Brazilian Economy, Business and public Budget. At the Federal University of Campina Grande - UFCG the differential of the curriculum in relation to the other courses is in the Business Writing and Administration of Services. At the Federal University of Paraíba - UFPB, Bananeiras campus, the disciplines are geared more towards agribusiness, with disciplines such as: Agribusiness Fundamentals, Agribusiness Logistics and other disciplines, while at the UFPB in João Pessoa campus, the focus is on industry and Commerce. In terms of research and extension each university has its projects and that such projects provide the student with opportunities to develop their skills, analyze situations and propose changes in the organizational and societal environment, producing knowledge. Regarding the work of course conclusion, each university has its manuals and follow the norms of the ABNT. As conclusion of the research we see the importance of pedagogical projects as a guide to university actions. Nonetheless, there is a need for some initiatives to demonstrate that teaching in business can use other forms than the traditional matrix. Most pedagogical practices in the area focus on "transmission for use" rather than positioning for knowledge creation.

Keywords: Administration. Teaching in Administration. Pedagogical project.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1.	Matriz Curricular IFPB.....	37
Figura 2.	Matriz Curricular UEPB.....	39
Figura 3.	Matriz Curricular UFCG.....	42
Figura 4.	Matriz Curricular UFPB campus Bananeiras.....	44
Figura 5.	Matriz Curricular UFPB campus João Pessoa.....	46

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AACC	Atividades Acadêmico-Científico e Culturais
CADM	Centro de Graduação em Administração
CCJS	Centro de Ciências Jurídicas e Sociais
CCT	Centro de Ciências e Tecnologia
CES	Câmara de Educação Superior
CFA	Conselho Federal de Administração
CFT	Centro de Formação de Tecnólogos
CNE	Conselho Nacional de Educação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DASP	Departamento de Administração do Serviço Público
DCN	Diretriz Curricular Nacional
EC	Emenda Constitucional
EAESP	Escola de Administração de Empresas de São Paulo
EBAP	Escola Brasileira de Administração Pública
ESAN	Escola Superior de Administração de Negócios em São Paulo.
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
FEA-USP	Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo
FECAP	Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado
FGV	Faculdade Getúlio Vargas
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDORT	Instituto de Organização Racional do Trabalho
IES	Instituições de Educação Superior
IFPB	Instituto Federal da Paraíba
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LBD	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MSU	Michigan State University
NUPEAD	Núcleo de Pesquisas e Estudos em Administração

PNE	Plano Nacional de Educação
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PRAC	Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
TIR	Taxa Interna de Retorno
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UACC	Unidade Acadêmica de Ciências Contábeis
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
VPL	Valor Presente Líquido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 DO TEMA AO PROBLEMA	14
1.2 OBJETIVOS	14
1.2.1 Objetivo Geral	14
1.2.2 Objetivos Específicos	15
1.3 JUSTIFICATIVA.....	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO	17
2.2 A EDUCAÇÃO SUPERIOR EM ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL	19
2.3 EVOLUÇÃO DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO.....	25
2.4 OS CICLOS NO ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO.....	26
2.5 PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO.....	31
3 METODOLOGIA	33
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	33
3.1.1 Quanto a Abordagem	33
3.1.2 Quanto aos Fins	33
3.1.3 Quanto aos Meios	34
3.2 COLETA DE DADOS	34
3.3 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS	35
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	36
4.1 ESTRUTURA CURRICULAR DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO	36
4.1.1 Estrutura Curricular Instituto Federal da Paraíba – IFPB	36
4.1.2 Estrutura Curricular Universidade Estadual da Paraíba – UEPB	38
4.1.3 Estrutura Curricular Universidade Federal Campina Grande – UFCG	41
4.1.4 Estrutura Curricular Universidade Federal da Paraíba – UFPB campus Bananeiras	43
4.1.5 Estrutura Curricular Universidade Federal da Paraíba – UFPB campus João Pessoa	45
4.2 PESQUISA E EXTENSÃO NOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO	47
4.3 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	49
4.4 COMPARATIVOS ENTRE OS PPCs.....	51
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERENCIAS	57

1 INTRODUÇÃO

As universidades no Brasil, enfrentam diversos desafios e têm ativamente desempenhado suas funções aliando ensino, atividades e engajamento social. Responsabilizam-se, segundo Ortega (2016), por mais de 90% da produção da ciência, operando decisivamente na construção de sua identidade cultural, tecnológica e científica. Por sua enorme importância, tal como ocorre nos países avançados, a autora afirma que as universidades, mais especificamente, as suas atividades realizadas, frequentemente precisam ser analisadas tendo como foco a compreensão das transformações sociais (quais são as transformações que estão em pauta, quais as causas e as formas de expressão, a serviço do que elas se colocam e entre outras) e das suas influências possíveis sobre tais informações.

Nesse sentido, o ensino, a pesquisa e a extensão apresentam-se, no âmbito das universidades, como as maiores virtudes e expressões de compromisso social. O exercício de tais funções é exortado como o indicativo de excelência no ensino superior, voltado fundamentalmente para a formação profissional à luz da apropriação e produção do conhecimento científico (ORTEGA, 2016).

Almeida e Lopes (2014) corroboram com este pensamento e destacam que frente aos impactos potenciais que as atividades executadas pelas universidades podem refletir à sociedade, parte-se do princípio de que elas têm como missão essencial retornar à sociedade o saber que dela se origina. Isto se constrói por meio de uma incessante busca pelo profundo entendimento da realidade social que a comporta, onde temas por hora oriunda da sociedade ou por vezes do ramo acadêmico, trazem reflexos ao tripé ensino, pesquisa e extensão, impulsionando assim novas reflexões e ações, buscando a inovação nos cursos.

Apesar de se falar em ensino, pesquisa e extensão, referindo-se aos cursos de Administração, as preocupações com o ensino de Administração no Brasil chegaram um pouco tarde. Diversos autores como Bencke e Gilioli (2003), Saraiva (2011) e Pinto e Júnior (2012) inferem que a instalação dos cursos de Administração no país é contemporânea à instalação das grandes multinacionais. Entretanto, Pinto e Junior (2012) relatam que a regulamentação da profissão do Administrador foi em 1965, e as bases curriculares dos cursos de Administração no país sofreram basicamente três mudanças de ciclos, com vistas a adequar-se às exigências do mercado, o que trouxe demandas novas a partir da implantação de técnicas administrativas mais atualizadas.

Os autores Pinto e Junior (2012) relatam ainda que nos últimos anos, impulsionados pelo modelo econômico e político, o sistema de educação superior teve um crescimento relevante na oferta de vagas, especialmente relacionado às instituições privadas. Para que se tenha uma ideia desse crescimento, de acordo com censo realizado pelo Conselho Federal de Administração (CFA) em 2015, o Curso em Administração agrega o maior número de alunos de ensino superior no país. Ainda conforme o censo, encontravam-se matriculados quase 1 milhão de alunos nos cursos que formam os futuros Administradores, os quais representam 15% do universo de alunos matriculados em Instituições de Educação Superior (IES). Os números apontam que essa demanda para os cursos de Administração está em crescimento e aumenta em igual sentido a procura por profissionais de Administração.

Em um cenário de competição aguda, Saraiva (2011) observa que as organizações de ensino superior se converteram em centros de negócio, transformando a educação em uma *commodity*, comercializando-a e produzindo-a como tal. O formato atual da educação superior em Administração a insere em uma estratégia de *mercantilização*, conformando-a à necessária flexibilidade ao trabalho. Sob o slogan da formação continuada, atualização técnica e aperfeiçoamento, o foco não é humano à medida que o saber se converte na mercadoria mais valiosa. Este processo faz parte de um modelo social democrático de educação, que a redefine e a remodela ideologicamente sob uma ótica tradicional, como apenas um dos princípios da economia pós-industrial, destituindo-a da sua função intrínseca emancipatória (SARAIVA, 2011).

Assim, são formados a cada ano centenas de milhares de profissionais que atuam nas áreas mais diversas, conforme a disponibilidade de oferta e formação, que pode ter o formato generalista, tradicional, ou ainda com linhas de formação específicas. Para Saraiva; Paiva e Bauer (2009) a área da administração ampliou o seu leque, tanto que podem ser encontrados administradores com as mais diferentes formações e competências, o que é fundamentado por projetos políticos pedagógicos diferentes e articulados com o ambiente profissional.

O perigo habita na redução da educação e do seu papel transformador e reprodutor ao ensino. A grande parte dos profissionais administradores se encontra longe da formação reflexiva. Como discutido por Fischer *et al.* (2006), os currículos na área de administração mudaram pouco ao longo dos anos, sendo mais comum o discurso do que a prática da modernização e da inovação.

1.1 DO TEMA AO PROBLEMA

As indagações e os dados levantados baseados nos estudos de Bencke e Gilioli (2003), Saraiva (2011), Pinto e Júnior (2012) e Ortega (2016) mostram o destaque e as dificuldades da Administração como uma das áreas mais importantes de estudo. Tanto pelo aumento cada vez maior de pessoas que se formam em Administração, de acordo com censo realizado pelo CFA em 2015, como pelo crescente ritmo com que se constata que em qualquer maneira de associação humana só existe um talento capaz de transformar propostas em fatos concretos, países subdesenvolvidos em sociedades desenvolvidas: o talento de natureza gerencial e empreendedora próprio do administrador.

É natural que a preocupação com o ensino de Administração tenha nascido muito cedo na história de quase todos os países e, embora cada país tenha cumprido uma própria evolução até conseguir soluções compatíveis com as suas necessidades, algumas soluções mundialmente conhecidas são seguidas e celebradas (MAIA, 2014).

Com base nisso, a presente pesquisa tem como questão central a seguinte indagação: **Quais são as diferenças em cursos de administração de IES públicas da Paraíba de acordo com seus projetos pedagógicos?**

A partir dessa indagação, surge a necessidade de conhecer mais sobre o assunto. Desse modo, a relevância deste trabalho com delineamento documental, centra-se no levantamento de documentos como Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN's, Plano Nacional de Educação – PNE e os Projetos Pedagógicos dos Cursos – PPC's.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Conhecer as particularidades e características dos cursos de Administração de universidades públicas da Paraíba com base no Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

1.2.2 Objetivos Específicos

- Caracterizar os principais aspectos das graduações em Administração no Brasil, compreendendo suas matrizes curriculares, perfil proposto do egresso e demais elementos enfatizados nas Diretrizes Curriculares Nacionais;
- Identificar os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de Administração existentes em universidades públicas na Paraíba;
- Verificar as inovações nas propostas dos cursos quanto a fluxograma, pesquisa e extensão e trabalho de curso.

1.3 JUSTIFICATIVA

As práticas educativas vêm sendo debate em artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado. Sob o olhar pedagógico, as inovações podem ser tratadas em práticas de sala de aula, metodologias que os professores se utilizam para obter melhores desempenhos no ensino e aprendizagem de seus alunos.

Morin (2001) relata que o ensino é baseado na condição humana, com ética e organização. Porém a condição física é relevante para o aprendizado, incluindo questões culturais, para que as práticas diárias tenham virtudes, experiências e sabedoria. Tronca (2006) explorou o olhar de Morin frente à transdisciplinaridade e destaca que o paradigma da inovação na educação vai além da realização individual de ações distintas, para englobar também a totalidade de ações e seus resultados planejados, levando ao pensamento estratégico e administrativo da inovação.

Pensando nisso, pesquisas como as de Saraiva (2011) e Franco (2013) mostram a importância de tratar a educação sob o olhar das inovações na prática, no que se refere aos cursos de Administração no país. Desta forma, este estudo é relevante porque para atingir os objetivos de uma educação de qualidade baseada nos sete princípios destacados por Morin (2001) conhecimento, conhecimento não permanente, identidade humana, compreensão humana, incerteza, condição planetária e o antropo-ético, às instituições de ensino, como as universidades, necessitam de práticas inovadoras para atender a demanda de estudantes e as exigências do mercado de trabalho.

A função dos cursos de Administração é capacitar profissionais para atuarem como administradores nas organizações, bem como preparar profissionais qualificados. Além disso, estes se apresentam como propulsores da pesquisa científica que é base para a produção e a qualificação do desenvolvimento regional. Há anos as universidades não atuavam em um ambiente tão competitivo em função da demanda crescente das empresas em obter profissionais cada vez mais qualificados. Essa exigência as obrigou a buscarem uma maior qualificação com programas que tivessem professores capacitados, produção científica e com mais ação frente às exigências do mercado (FRANCO, 2013) e da sociedade em geral.

Assim, justifica-se a relevância deste trabalho, em examinar as características e peculiaridades dos cursos superiores de Administração no estado da Paraíba de universidades públicas. Busca-se assim, conhecer propostas pedagógicas para os cursos de administração, para que se possa proporcionar, a partir das conclusões da pesquisa, uma reflexão acerca do assunto.

O trabalho foi dividido em cinco partes, sendo a primeira esta introdução, seguida pelo capítulo do referencial teórico, abordando o plano nacional de educação e a educação superior em Administração no Brasil, como foi o nascimento das universidades no Brasil, as diretrizes curriculares da educação superior em Administração e os projetos pedagógicos dos cursos de Administração. No terceiro capítulo descreveram-se os procedimentos metodológicos e no quarto capítulo mostro os resultados e discussões dos dados analisados. E por último, foram feitas as considerações finais do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014, é um instrumento de planejamento do nosso Estado democrático de direito que orienta a execução e o aprimoramento de políticas públicas na área. Neste novo texto, fruto de amplos debates entre diversos atores sociais e o poder público, estão definidos os objetivos e metas para o ensino em todos os níveis infantil, básico e superior, a serem executados nos próximos dez anos.

O PNE 2014-2024 traz dez diretrizes, entre elas a erradicação do analfabetismo, a melhoria da qualidade da educação, além da valorização dos profissionais de educação, um dos maiores desafios das políticas educacionais.

De acordo com o art. 7º dessa nova lei, a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios atuarão em regime de colaboração para atingir as metas e implementar as estratégias previstas no texto. O Plano Nacional de Educação é uma lei viva, a ser lida, revisitada e, principalmente, observada. O seu cumprimento é objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizadas pelo Ministério da Educação (MEC), pelas comissões de educação da Câmara e do Senado, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelo Fórum Nacional de Educação.

Na redação dada pelo constituinte, o art. 214 da Carta Magna previu a implantação legal do Plano Nacional de Educação. Ao alterar tal artigo, contudo, a Emenda Constitucional (EC) nº 59/2009 melhor qualificou o papel do PNE, ao estabelecer sua duração como decenal, pois no texto anterior, o plano era plurianual (BRASIL, 1988).

Essas são as ações que deverão conduzir aos propósitos expressos nos incisos do art. 214 da Constituição: erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; melhoria da qualidade do ensino; formação para o trabalho; promoção humanística, científica e tecnológica do país; e estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.

Dentre as metas do PNE para a educação superior podemos destacar 3 metas:

1. Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para cinquenta por cento e a taxa líquida para trinta e três por cento da população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, quarenta por cento das novas matrículas, no segmento público.
2. Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para setenta e cinco por cento, sendo, do total, no mínimo, trinta e cinco por cento doutores.
3. Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de sessenta mil mestres e vinte e cinco mil doutores (BRASIL, 2014).

Para a primeira meta relacionada a educação superior o PNE (2014-2024) busca otimizar a capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos das instituições públicas de educação superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso à graduação.

Além disso, amplia a oferta de vagas, por meio da expansão e interiorização da rede Federal de educação superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do sistema Universidade Aberta do Brasil, considerando a densidade populacional, a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência e observadas as características regionais das micro e mesorregiões definidas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uniformizando a expansão no território nacional.

Outro fator positivo é assegurar no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social, ampliando também a oferta de estágio como parte da formação na educação superior.

Na segunda meta, o PNE busca aperfeiçoar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), fortalecendo as ações de avaliação, regulação e supervisão; Ampliar a cobertura do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), de modo a ampliar o quantitativo de estudantes e de áreas avaliadas no que diz respeito à aprendizagem resultante da graduação; Induzir processo contínuo de auto avaliação das instituições de educação superior, fortalecendo a participação das comissões próprias de avaliação, bem como a aplicação de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a qualificação e a dedicação do corpo docente.

Na terceira meta o PNE destaca expandir o financiamento da pós-graduação stricto sensu por meio das agências oficiais de fomento; estimular a integração e a atuação articulada entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e as

agências estaduais de fomento à pesquisa; expandir o financiamento estudantil por meio do FIES à pós-graduação stricto sensu; expandir a oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu, utilizando inclusive metodologias, recursos e tecnologias de educação a distância; implementar ações para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais e para favorecer o acesso das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas a programas de mestrado e doutorado; ampliar a oferta de programas de pós-graduação stricto sensu, especialmente os de doutorado, nos campi novos abertos em decorrência dos programas de expansão e interiorização das instituições superiores públicas e manter e expandir programa de acervo digital de referências bibliográficas para os cursos de pós-graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência.

As metas podem ser vistas como ousadas ou tímidas dependendo do modo que se olhe. São ousadas, considerando-se o estado precário na educação no país; ou são tímidas se comparadas às exigências do mundo atual e ao melhor desenvolvimento que conseguiram outros países neste setor.

Existem outras críticas pertinentes como a falta de definição clara de responsabilidades entres União, estados e municípios, porém, somente o fato da aprovação de uma lei com metas para a educação, que terão de ser cumprida, independentemente de quem assume o governo, pode ser considerada uma vitória da cidadania. E como a educação tornou-se um tema prioritário, com a sociedade cada vez mais atenta e exigindo escolas públicas de melhor qualidade, é de se esperar que possíveis falhas sejam corrigidas e que haja entendimento geral para que o plano caminhe da melhor maneira possível.

2.2 A EDUCAÇÃO SUPERIOR EM ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL

As descobertas das primeiras iniciativas voltadas ao ensino da Administração são datadas ao começo de 1900, quando o Brasil se encontrava em expansão comercial e quando naquele momento faziam-se presentes exigências de caráter gerencial e administrativo, acarretando a precisão de organizar o ensino voltado ao comércio (COELHO, NICOLINI, 2014)

De acordo com Bielinski (2012), no ano de 1902 são criadas duas escolas voltadas ao ensino e comércio: a Academia de Comércio no Rio de Janeiro e a Escola Prática de Comércio na cidade de São Paulo que passou a se denominar Escola Álvares Penteado. Por

mais que o ensino na época não fosse regulamentado, em 1905 foi publicado o Decreto 1.339 declarando que as duas instituições eram de utilidade pública, e que os diplomas conferidos por elas seriam reconhecidos em todo o país (FECAP, 2012).

A partir do ano de 1930, houve o início da chamada Era Vargas, marcada pelo estabelecimento de um Estado interventor, bem como pela ênfase no desenvolvimento e industrialização do país. Nesse aspecto, Coelho e Nicolini (2014, p. 6) explicam que:

O deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira para um sistema industrial, trouxe à tona o processo de urbanização, impeliu o Estado para investimentos na indústria de base, na infraestrutura de comunicações, transporte e energia e nas políticas sociais.

Para livrar-se desses encargos, houve a criação das autarquias, decompondo a administração pública para o fomento ao desenvolvimento econômico e social.

No ensino superior em administração da era Vargas, Coelho e Nicolini (2014) destacam o Decreto nº 20.158 de 1931, que tratou de organizar o ensino comercial, sendo criado o primeiro Curso Superior de Administração e Finanças, diplomando assim os concluintes de bacharéis em Ciências Econômicas, ainda que com preocupação quanto à capacitação administrativa dos novos profissionais (BRASIL, 1931).

O ensino voltado ao âmbito comercial influenciou o nascimento dos cursos superiores de Contabilidade, Administração e Economia. Bielinski (2012) aponta que para o ensino comercial havia um aprendizado formal de técnicas de gestão dos negócios e que os três cursos citados eram um desdobramento do ensino comercial.

Essa fala do autor é corroborada pelas disciplinas do Curso Superior de Administração e Finanças que segundo o art. 7º, do Decreto nº 20.158 de 1931, estavam distribuídas assim:

Primeiro ano: a) Contabilidade de transportes, b) Matemática financeira, c) Geografia econômica, d) Direito constitucional e civil, e) Economia Política.
 Segundo ano: a) Contabilidade pública, b) Finanças e Economia bancária, c) Direito internacional comercial, d) Ciência da administração, e) Legislação consular, f) Psicologia, lógica e ética.
 Terceiro ano: a) Direito administrativo, b) Política comercial e regime aduaneiro comparado, c) História econômica da América e fontes da riqueza nacional, d) Direito industrial e operário, e) Direito internacional, Diplomacia, História dos Tratados, Correspondência consular e diplomática, f) Sociologia (BRASIL, 1931).

Nesse contexto, um grupo de intelectuais paulistas e empresários em 1931 se reúne e criam o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT). A intenção era identificar as principais pesquisas da administração científica e disseminar as suas respectivas teorias,

visando aprimorar a capacidade gerencial e trazendo soluções para problemas com a administração das empresas em geral.

Com o IDORT houve uma introdução de processos de organização e de produção científica no setor industrial. Assim o governo valorizou a administração pública instituindo o Departamento de Administração do Serviço Público (DASP). O DASP constituiu um modelo de eficiência no serviço público ao criar canais democráticos com o recrutamento e a seleção de recursos humanos para a administração pública, a partir de concursos públicos.

Segundo o Decreto nº 579 de 1938, as atribuições do DASP foram:

- Realização de estudos detalhados de repartições, departamentos e estabelecimentos públicos para determinar as modificações a serem feitas em vários campos: dotação orçamentária, distribuição, processos de trabalho, relações entre os órgãos e relações com o público.
- Fiscalizar a execução do orçamento, juntamente com o presidente da República.
- Organizar anualmente a proposta orçamentária a ser enviada à Câmara dos Deputados; cuidar da organização dos concursos públicos para cargos federais do Poder Executivo; aperfeiçoamento dos servidores civis da União; auxílio ao presidente no exame dos projetos de lei submetidos à sanção e fixação de padrões para os materiais usados nos serviços públicos (BRASIL, 1938).

A partir do DASP a Administração ganha cada vez mais espaço nas instituições públicas nacionais. As organizações privadas e instituições públicas passaram a demandar administradores capazes de dar conta de estruturas complexas. Uma das iniciativas da época voltadas a formar administradores com perfil novo, vem de um padre que resolveu fazer uma visita aos Estados Unidos, mais precisamente para Harvard, em busca de um modelo de curso em administração a ser implementado no Brasil (EGOSHI, 2012).

A escolha do padre não poderia ter sido melhor, pois a Universidade de Harvard era a maior referência em Ciência da Administração. Utilizando o modelo novo de ensino, baseando-se no ensino de Harvard, ele criou em 1941 a Escola Superior de Administração de Negócios em São Paulo (ESAN). Cujo principal objetivo era formar técnicos com a missão de dirigir organizações para atender a uma demanda que passou a existir e que cresceria rapidamente (FEI, 2012).

A ESAN tornou-se a primeira escola de Administração da América Latina, com uma particularidade interessante. Pois, desde a sua criação, firmou parcerias com empresas privadas. Na realidade, Egoshi (2012), relata que foram os empresários que destinaram recursos para a criação da ESAN. O curso tinha duração de dois anos e de um ano de especialização. Além disso, qualquer aluno poderia se inscrever.

Em setembro de 1945, o Decreto nº 7.988 foi promulgado, o que provocou modificações sensíveis nos cursos superiores. Além de alterar o nome da Faculdade Nacional de Política e Economia para Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, o decreto instituiu o primeiro curso superior de Ciências Contábeis concomitantemente eliminando o Curso Superior de Administração e Finanças (BRASIL, 1945).

Como resultado de cooperação técnica, a Fundação Getúlio Vargas criou a Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), como a primeira escola de administração pública do Brasil e da América Latina. Além disso, vale destacar que a EBAP foi a responsável pela criação dos primeiros livros de administração no Brasil e a primeira instituição a usar o sistema de créditos e matrícula por disciplina no país (EBAPE, 2012). Em 1954, tendo em vista que a cidade de São Paulo era considerada a maior representante das atividades econômicas e produtivas do Brasil, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) criou a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP), com o objetivo de criar mão de obra qualificada para atender à demanda do setor produtivo (ALCADIPANI, BERTERO, 2012).

De acordo com Alcadipani e Bertero (2012), a EAESP foi fruto de um convênio firmado entre a FGV e os governos brasileiro e americano. A escola contou com a presença de um grupo de professores da Michigan State University (MSU), que, além de estruturar todas as atividades também formaram o corpo docente do curso, passando seus conhecimentos e experiências para os alunos da escola brasileira. A presença dos professores estrangeiros se deu por doze anos. E o modelo adotado contou com professores assistentes brasileiros que traduziam as aulas dos professores americanos e, dessa forma, foram treinados para assumirem, no futuro, as atividades docentes das disciplinas oferecidas.

Além de criar as suas próprias escolas de Administração, a FVG imprimiu qualidade na formação de administradores públicos e privados e tornou-se um exemplo seguido no país a partir de então, contribuindo para a consolidação dos cursos de Administração nos níveis de graduação e pós-graduação (NICOLINI, 2007).

Em 1963, a Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP) passou a oferecer os cursos de Administração de Empresas e de Administração Pública.

A profissão de Administrador é regulamentada a partir da promulgação da Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965. A referida lei trata do campo e da atividade profissional, encontramos a descrição das atividades profissionais, a saber:

- a) elaboração de pareceres, relatórios, planos, projetos, arbitragens e laudos, em que se exija a aplicação de conhecimentos inerentes às técnicas de organização;
- b) pesquisas, estudos, análises, interpretação, planejamento, implantação, coordenação e controle dos trabalhos nos campos de administração geral, como administração e seleção de pessoal, organização, análise, métodos e programas de trabalho, orçamento, administração de material e financeira, administração mercadológica, administração de produção, relações industriais, bem como outros campos em que estes se desdobrem ou aos quais sejam conexos;
- c) exercício de funções e cargos de Administrador do Serviço Público Federal, Estadual, Municipal, Autárquico, Sociedades de Economia Mista, empresas estatais, paraestatais e privadas, em que fique expresso e declarado o título do cargo abrangido.
- d) o exercício de funções de chefia ou direção, intermediária ou superior assessoramento e consultoria em órgãos, ou seus departamentos, da Administração pública ou de entidades privadas, cujas atribuições envolvam principalmente, a aplicação de conhecimentos inerentes às técnicas de administração;
- e) magistério em matérias técnicas do campo da administração e organização (BRASIL, 1965).

O primeiro currículo mínimo do curso de Administração, estabelecido pelo Parecer n 307/66 de 1966 do Conselho Federal de Educação, institucionaliza no Brasil a profissão e a formação de técnico em Administração. As diretrizes se inspiraram na análise das condições reais da administração do país e nos postulados que emanam da lei e da doutrina fixada na experiência nacional e internacional (BRASIL, 1966). Tal diretriz acaba por destacar aspectos essenciais da experiência americana, pois além de servir de modelo, foi a principal influência da evolução dos sistemas europeus. Ou seja, a influência americana foi significativa no reflexo brasileiro no que diz respeito a uma nova relação de trabalho e, conseqüentemente, os modelos de ensino.

Teixeira (2005) afirmava que o ensino superior era um ensino de informação sobre a cultura estrangeira por professores, por vezes brilhantes, mas que em geral eram repetidores superficiais, que dispunham de um conhecimento que não haviam construído e de cuja elaboração não tinham vivência. Dessas aulas/conferência passávamos ao autodidatismo, outra forma de cultura pela informação, agravada pelo inevitável fragmentaríssimos das leituras, naturalmente acidentais, dos livros estrangeiro, que nos colocavam em contato com a cultura americana, estrangeira ao nosso meio e marcada pelo nacionalismo de cada uma de suas fontes.

Devido à necessidade de formar profissionais com tal perfil, houve uma proliferação das faculdades privadas, isoladas na criação de novos cursos. Pela tendência de desenvolvimento das unidades produtivas e entre outros acontecimentos, os números de

curso de administração apresentaram um crescimento de aproximadamente 530% referente à década de setenta para sessenta, passando de 31 para 164 cursos.

No final dos anos sessenta, a evolução dos cursos de Administração ocorreria não mais vinculada a instituições universitárias, mas às faculdades isoladas que proliferaram dentro do processo de expansão privatizada na sociedade brasileira.

Teixeira (2005) alerta que a expansão do ensino não se dá pelo crescimento da escola existente, mas pela criação de uma outra escola. A questão de números representada pela privatização descontrolada do ensino superior brasileiro após a década de 1970.

Posterior a isso, conforme o Parecer nº 433 de 1993, ao administrador cabia não apenas o conhecimento específico exigido pelo mercado, mas também uma visão mais ampla como promotor e agente transformador diante do avanço do desenvolvimento tecnológico, técnico-instrumental, da organização e controle do processo de trabalho e das ciências. Além disso, algumas características intelectuais, mencionadas como indispensáveis, devem ser incorporadas em um curso de Administração, a saber: comunicação interpessoal, ética profissional, capacidade de adaptação, vida acadêmica ativa, motivação para atualização contínua, competência e capacidade de integração (BRASIL, 1993).

A reformulação do currículo mínimo de 1993 apresenta, em suas propostas, preocupações na formação de um sujeito capaz de refletir sobre as relações sociais, constituindo-se como um agente adaptável às mudanças e aos avanços da ciência e da tecnologia, mas ainda foca sua visão na divisão de conhecimento por matérias representadas pelos currículos mínimos. Percebe-se nas propostas que existe uma evolução no sentido de pensar e desejar um egresso com um perfil que exige dimensões de relação social, cultural e econômica (BRASIL, 1993).

E por fim, identificamos a expansão em termos de números instituições, vagas e matrículas no curso de administração na modalidade ensino à distância. Neste contexto, identificamos o fato, de certo modo, como uma inovação disruptiva, pois levou o ensino de administração a locais, regiões e estados, até então, desprovidos dessa formação. Conforme Christensen (2006), a inovação disruptiva descreve um processo pelo qual um produto ou serviço começa por aplicações simples, na parte inferior de um mercado e, progressivamente, se move para “acima do mercado”, acabando por deslocar ou eliminar concorrentes estabelecidos. Este modelo de inovação permite que grande parte da população que até então não tinha acesso passe a contar com o produto ou serviço, inacessível anteriormente.

2.3 EVOLUÇÃO DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO

O ensino e a prática da Administração no mundo sempre estiveram associados a ideia de melhorar o desempenho por meio do treinamento sistemático. Nada mais fácil de entender e nada mais difícil de ser colocado em prática segundo Fischer, Waiandt e Fonseca (2011). Simplesmente porque as organizações, sejam elas privadas ou públicas, grandes ou pequenas, lucrativas ou não, são, na sua essência, agregações de pessoas atuando de forma predominante segundo as suas percepções, motivações e experiências, que precisa, por isso, de uma identidade de propósitos para que os seus esforços produzam resultados desejáveis e previsíveis. O que é obtido por meio de treinamento nas suas mais variadas formas.

Complexo, no entanto para Fischer, Waiandt e Fonseca (2011) é meio vaga a ideia de uma organização eficiente, cheia de atributos positivos, resultantes de consenso e aprovação. Concomitantemente a isso, é preciso olhar as profissões e sua maneira operacional de atuação na totalidade de uma sociedade, onde as mesmas aparecem e expandem-se em decorrência de sua utilidade. Para estes mesmos autores, o Administrador é para as organizações/empresas, o que representa um médico para a saúde.

Dessa forma, nesse contexto de melhorias, a evolução da administração começa no período da Revolução Industrial, que foi marcado por transformações políticas, sociais e econômicas iniciadas no século XVIII em um momento em que diversas inovações permitiram alcançar uma aceleração enorme da produção, assegurando um crescimento independente da agricultura. Esse período para Oliveira, Lourenço e Castro (2013) caracterizou-se pela modificação da economia agrária, para uma industrial, voltado para sistemas operacionais mecanizados, como a produção em grande escala e a generalização do uso das máquinas para minimizar os tempos e os custos de produção.

Martins (2015) destaca que o avanço da tecnologia, a descoberta de energias novas, a aplicação das teorias científicas ligadas à produção e a grande ampliação de mercados simbolizaram o desenvolvimento técnico/científico, gerando novas relações políticas e econômicas na época. A revolução Industrial provocou uma influência tão forte na base da economia e também da sociedade, que talvez sem ela não seria possível consolidar a sociedade moderna enquanto capitalista. Nesse contexto, os autores Bencke e Gilioli (2013) relatam que o ensino da Administração surge nesse período como suporte nas racionalidades técnicas, com a finalidade de formar colaboradores para atuar nas grandes organizações,

atendendo demandas impostas por elas mesmas. No ensino da administração, os autores acrescentam que as habilidades passaram a ser estudadas exigindo um perfil profissional novo.

A Revolução Industrial, para Martins (2015), criou um novo modelo de administração pois ele afirma que sem ela não haveria o panorama para o desenvolvimento da administração enquanto ciência, ou seja, pode-se afirmar que a administração sempre existiu e nasceu durante a pré-história, mas só passou a ser visualizada enquanto ciência a partir da Revolução Industrial.

Surgindo assim na pré-história, pois desde o princípio da humanidade o ser humano associou-se aos outros para conseguir, por meio do esforço coletivo, atingir seus objetivos. Desse esforço coletivo é que surgiram as empresas rudimentares, remontantes à época dos fenícios, assírios e babilônios.

De acordo com Costa, Barros e Martins (2009), a administração enquanto ciência surgiu quando dois engenheiros divulgaram as suas experiências. Taylor (1856-1915) veio a desenvolver a Escola da Administração Científica, com a preocupação de aumentar a eficiência da indústria com a racionalização do trabalho. O outro engenheiro, Fayol (1841-1925), veio a desenvolver a Escola Clássica da Administração com o foco de aumentar a eficiência da empresa/organização, por meio da aplicação dos seus princípios gerais de administração. Embora esses precursores jamais tenham se comunicado e seus pontos de vista sejam distintos, e até certo ponto opostos, para Costa, Barros e Martins (2009) o certo é que os seus conceitos se complementam, motivo pela qual os seus princípios dominaram as primeiras décadas do século XX no panorama da administração das empresas.

Acerca das primeiras universidades de administração do mundo, pode-se destacar as que surgiram nos Estados Unidos. A Harvard Business School possui mais de 100 anos de história no mundo dos negócios e é considerada a escola mais disputada entre estudantes de todos os países. Já a Stanford Graduate School of Business (EUA) foi fundada em março de 1925, sendo a escola de negócios da Universidade de Stanford (BIELINSKI, 2012).

Na atualidade, a administração apresenta um caráter mais voltado para a prática do que para a teoria. E as organizações procuram mais pessoas flexíveis e receptivas à inovação. Onde a principal proposta é o alcance de uma forte coesão organizacional.

2.4 OS CICLOS NO ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO

Alguns autores consideram que, no ensino de Administração, ocorreram três ciclos bem definidos, relacionados aos currículos exigidos para a formação de seus profissionais (BRAGA *et al.* 2011). Tendo em vista o reconhecimento da profissão de Administrador, a partir da Lei nº 4.769, em 8 de julho de 1966 foi emitido o Parecer 307/66, pelo Conselho Federal de Educação, estipulando o currículo mínimo do curso de graduação em administração, considerado então esse como o primeiro ciclo (CFA, 2012).

Esse parecer definiu o núcleo de disciplinas consideradas como o mínimo necessário para a boa formação profissional. Matemática, Estatística, Contabilidade, Teoria Econômica, Economia Brasileira, Psicologia Aplicada à Administração, Sociologia Aplicada à Administração, Instituições de Direito Público e Privado (Incluindo Noções de Ética Administrativa), Legislação Social, Legislação Tributária, Teoria Geral da Administração, Administração Financeira e Orçamento, Administração de Pessoal e Administração de Material formavam o currículo mínimo (BRAGA *et. al.*, 2011).

Além dessas disciplinas, o aluno deveria escolher a disciplina de Direito Administrativo ou a disciplina de Administração da Produção e Vendas para fechar a sua grade curricular. Finalmente, para complementar a sua formação o aluno deveria, ainda, realizar um estágio com duração de seis meses. A carga horária mínima estabelecida era de 2.700 horas e o formando recebia o título de Técnico em Administração (SILVA; FISCHER, 2008).

O currículo mínimo aprovado, em 1966, permaneceu vigente até 1993, quando foi definida uma reformulação a partir do Parecer 433/93, regulamentado pela Resolução nº 02/93. Esta resolução traduziu os anseios de mudança pelos profissionais de Administração e trouxe um componente inovador, que é a possibilidade de criação de habilitações específicas ao curso de Administração. Era necessário que o currículo fosse ajustado aos avanços das ciências e tecnologias disponíveis, trazendo, inclusive, uma formação mais generalista (BRAGA *et. al.*, 2011).

A referida resolução, que caracteriza o segundo ciclo de mudanças, estruturou diferentes cargas horárias de acordo com as categorias de conhecimento, perfazendo assim um total de 3.000 horas, a saber: 720 horas (24% do total) deveriam ser realizadas para a formação básica e instrumental; 1.020 horas (34% do total) seriam realizadas para a formação profissional; 960 horas (32% do total) com disciplinas eletivas e complementares; e 300 horas (10% do total) relacionadas ao estágio supervisionado (SOUZA, 2006). Além disso:

- A formação básica e instrumental contava com as seguintes disciplinas: economia, direito, matemática, estatística, contabilidade, filosofia, psicologia, sociologia e informática.
- Na formação profissional eram oferecidos os seguintes conteúdos: teorias da administração, administração mercadológica, administração da produção, administração de recursos humanos, administração financeira e orçamentária, administração de recursos materiais e patrimoniais, administração de sistemas de informação e organização, sistemas e métodos (BRASIL, 1993).

Uma nova edição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 20 de dezembro de 1998, estabeleceu o fim da vinculação entre a formação e o exercício profissional. Até essa data, para o exercício da profissão era necessário ter o diploma em mãos, daí a necessidade de se implementar um currículo mínimo (SOUZA, 2006). Liberando o ensino da exigência de formação obrigatória do profissional, aponta a nova LDB no sentido de assegurar maior flexibilidade e diversidade na organização de cursos e carreiras, atendendo à crescente heterogeneidade, tanto da formação prévia, como das expectativas e dos interesses dos alunos (NICOLINI, 2000).

A nova LDB leva o Conselho Nacional de Educação a promover mudanças nas diretrizes curriculares e todos os cursos de graduação passam a seguir as Diretrizes Curriculares Nacionais, determinadas pelo Parecer 776/97. Essas diretrizes ensejaram muitos debates dentro da área de Administração, na forma de seminários e outros eventos para analisar e discutir essas novas propostas. No entanto, somente em 2004, e baseado no Parecer 134/2003, foi que o Conselho Nacional de Educação aprovou as diretrizes curriculares para os cursos de graduação de Administração (SILVA; FISCHER, 2008).

A partir da Resolução nº 1 do Conselho Nacional de Educação de 2004, foram instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, em nível de Bacharelado, dando a orientação às instituições educacionais para a formação do projeto acadêmico e pedagógico do referido curso. No entanto, em 13 de julho de 2005, foi publicada a Resolução CNE/CES 4/05 que, em seu artigo nº 12 revoga a Resolução CFE nº 2, de 4 de outubro de 1993, bem como a Resolução CNE/CES nº 1, de 2 de fevereiro de 2004.

Esta mudança foi motivada, principalmente, por um novo entendimento relacionado à graduação de administração, sem a oferta de habilidades específicas. Essa resolução está em vigor até hoje, caracterizando o terceiro ciclo de mudanças na estrutura curricular para a formação de profissionais de administração.

Vale destacar que o artigo 4º, da Resolução CNE/CES 4/05, propõe que o Curso de Graduação em Administração deve possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

I - reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo produtivo, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;

II - desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais;

III refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;

IV - desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle, bem assim expressando-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e sociais;

V - ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional;

VI - desenvolver capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais, revelando-se profissional adaptável;

VII - desenvolver capacidade para elaborar, implementar e consolidar projetos em organizações; e VIII - desenvolver capacidade para realizar consultoria em gestão e administração, pareceres e perícias administrativas, gerenciais, organizacionais, estratégicos e operacionais (RESOLUÇÃO CNE/CES 4, 2005).

Observa-se que as Diretrizes Curriculares Nacionais, em vigor para os cursos de graduação de Administração, permitem que as instituições de ensino superior possam elaborar projetos pedagógicos flexíveis e de acordo com as demandas de mercado e especificidades locais, incluindo novos conhecimentos na grade curricular, até então ainda não oferecidos. Ou seja, as instituições têm autonomia para definir seus projetos no sentido de formar um profissional de Administração de acordo com a demanda do mercado, aumentando a sua empregabilidade a partir de práticas modernas da administração.

Conforme Resolução (CNE/CES 4, 2005), as novas regulamentações para o curso de Administração foram instituídas com o objetivo de nortear as mudanças no modelo educacional brasileiro. Por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs para o curso de Administração foram apresentados indicativos concernentes à formação do profissional. Que, em conformidade com as ideias do Conselho Federal de Administração – CFA, determinam especificidades generalistas que permitem, ao futuro profissional, conhecer as áreas do conhecimento da profissão.

Isso permite as instituições de ensino superior construir concepções de oferta que obedecem às peculiaridades que lhe forem pertinentes em relação ao seu currículo e

operacionalização dos processos de ensino e aprendizagem. Desse modo, em consonância com as diretrizes, o curso de Administração deve traduzir a realidade regional do meio no qual se insere, entendendo os aspectos fundamentais da relação entre o macro e o microambiente, permitindo ao futuro Administrador observar os fatos importantes e relacionados à construção de um novo ambiente, por meio do enfrentamento de mudanças e da construção de novas percepções (FRANCISCO *et al.* 2009).

Por meio do estudo de mercado relacionado à construção do perfil do curso, controlando a escassez de recursos humanos e buscando operacionalizar a sua formação, o curso de Administração deve ensejar como perfil desejado de formação, capacitação e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas da produção e de seu gerenciamento, observando níveis graduais do processo de tomada de decisão, bem como para desenvolver gerenciamento qualitativo adequado, relevando a assimilação de novas informações e apresentando flexibilidade intercultural e adaptabilidade contextualizadas no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação do administrador (FRAUCHES, 2008).

Sob a égide destas premissas é importante analisar que tais conceitos formam as ideias de um perfil do profissional Administrador. No entanto, por meio do conjunto de competências tidas como ideais para o Administrador, é importante citar que nem todas terão a mesma importância no decorrer de sua carreira. Portanto em virtude do desenvolvimento do profissional, em decorrência de sua área de atuação, as competências a serem desenvolvidas estarão priorizadas de acordo com as necessidades funcionais da área escolhida.

Com relação às core competências aplicadas ao âmbito da educação superior, há a contribuição voltada à formação de um profissional que tenha visão holística e permitam ações direcionadas às tendências do negócio. Contribuindo para o desenvolvimento de conceitos mercadológicos, operacionais, estratégicos e funcionais do egresso. Assim, graças a relação entre o perfil, as core competências profissional e as práticas, o Administrador formado terá a capacidade de efetuar mudanças significativas no microambiente que, de fato, refletem uma mudança real no macro ambiente.

E neste caso, pode-se afirmar que os programas de graduação requerem uma formação amparada nas competências, já que “os cursos de Administração devem formar profissionais que revelem, pelo menos, as seguintes competências e habilidades: I - reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo produtivo, atuar preventivamente, transferir e generalizar

conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo de tomada de decisão” (FRAUCHES, 2008. p. 57).

2.5 PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) é o instrumento que concentra a concepção do curso de graduação, os fundamentos da gestão acadêmica, pedagógica e administrativa, os princípios educacionais vetores de todas as ações a serem adotadas na condução do processo de ensino-aprendizagem da Graduação (ANASTASIOU, 2010).

O PPC deve contemplar diversos elementos, dentre eles os objetivos gerais do curso, as suas peculiaridades, sua matriz curricular e a respectiva operacionalização, a carga horária das atividades didáticas e da integralização do curso, a concepção e a composição das atividades de estágio curricular, a concepção e a composição das atividades complementares, etc.

Elaborar o Projeto Pedagógico de um curso é pensar a construção de sua identidade. A construção do projeto deve ser fruto de uma ação intencional definida coletivamente pelos professores do departamento proponente, em função das opções e escolhas de caminhos e prioridades na formação do profissional desejado. O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) tem dupla dimensão: a de orientação e de condução do presente e do futuro de uma formação profissional comprometida e responsável. Comprometida, no sentido de manter-se em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas pelo Ministério da Educação e responsável para atender as demandas acadêmicas relacionadas às peculiaridades da formação do profissional desejado (UNIPAMPA, 2011).

A fim de ilustrar a importância de um Projeto Pedagógico, faz-se valer as palavras de Veiga (2004, p. 25):

O projeto político pedagógico é mais do que uma formalidade instituída: é uma reflexão sobre a educação superior, sobre o ensino, a pesquisa e a extensão, a produção e a socialização dos conhecimentos, sobre o aluno e o professor e a prática pedagógica que se realiza na universidade. O projeto político-pedagógico é uma aproximação maior entre o que se institui e o que se transforma em instituí-te. Assim, a articulação do instituído com o instituí-te possibilita a ampliação dos saberes.

Diante disso, apresenta-se as diretrizes para a elaboração de PPC de graduação onde todos os itens a seguir devem ser contemplados. Assim, no PPC deve ser realizado uma

apresentação que deve conter uma breve introdução do que o leitor irá encontrar no PPC, contextualizando o curso no âmbito da Instituição, incluindo obrigatoriamente as seguintes informações: Nome da IES; Base legal da IES (endereço, atos legais e data da publicação no Diário Oficial da União); Perfil e missão da IES; Dados socioeconômicos da região; Breve histórico da IES (criação, trajetória, áreas oferecidas no âmbito da graduação e da pós-graduação, áreas de atuação na extensão. Áreas de pesquisa, se for o caso; Objetivos e metas institucionais; Estrutura organizacional; Políticas de ensino, extensão e pesquisa; Campus; cursos e número de professores, técnicos-administrativos em educação e alunos (BRASIL, 2011).

Então, questiona-se: para que serve o PPC? Para Anastasiou (2010), serve como um conjunto de alternativas para registrar o perfil desejado do egresso, para definir um percurso, um rumo e caminhos que o coletivo do curso quer construir. Apropriando-se das colocações de Veiga (2004, p. 16), entende-se que a finalidade do PPC é percebida por ser como um:

[...] instrumento de ação política que deve estar sintonizado com uma nova visão de mundo, expressa no paradigma emergente de ciência e de educação, a fim de garantir uma formação global e crítica para os envolvidos nesse processo, como forma de capacitá-los para o exercício da cidadania, a formação profissional e o pleno desenvolvimento pessoal.

Nesse sentido, deve-se registrar o caráter de incompletude deste documento, sendo necessário o constante (re)olhar coletivo, a fim de revisá-lo, problematizá-lo e (re)configurá-lo a partir do cotidiano acadêmico. Para acompanhar e direcionar o aluno ao longo de sua formação, o PPC trata igualmente às necessidades do discente que envolvem desde mecanismos de nivelamento ao apoio psicopedagógico.

3 METODOLOGIA

Para o alcance dos objetivos deste trabalho os foram realizados alguns procedimentos metodológicos e esta sessão tem a finalidade de mostrar e esclarecer os caminhos para se chegar a esse propósito.

A metodologia é a arte de conduzir o espírito na investigação da verdade (FERREIRA, 2010). Tratando-se de um conjunto de métodos imprescindíveis e técnicas da produção do conhecimento científico, ou seja, a execução da prática do conhecimento específico diante do processo de apreensão da realidade. Dessa forma, a metodologia é de extrema importância para o desenvolvimento da pesquisa e de alcance dos resultados desejados. (COLZANI, 2010).

3.1 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa é um procedimento que se apropria de métodos e técnicas rigorosas para levantar informações que respondam aos problemas identificados (GIL, 2009). Ou ainda, um apanhado sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados ao tema.

3.1.1 Quanto a Abordagem

O presente estudo utiliza a abordagem qualitativa que descreve a complexidade de determinado problema, sendo necessário compreender e classificar os processos dinâmicos vividos nos grupos, contribuir no processo de mudança, possibilitando o entendimento mais claro do assunto.

3.1.2 Quanto aos Fins

Em relação aos fins trata-se de uma pesquisa exploratória descritiva. Segundo Gil (2009) a pesquisa exploratória tem o objetivo de proporcionar visão geral, de aproximar-se dos fatos e geralmente constitui como a primeira etapa de uma investigação mais ampla.

Richardson et al (2012) afirma que a pesquisa exploratória é utilizada em questões ainda pouco exploradas e estudadas, fazendo assim familiarizar-se e esclarecer essas questões.

A Pesquisa descritiva segundo Gil (2009) tem objetivo principal de descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações variáveis através de alguns instrumentos de coletas de dados. Segundo Marconi e Lakatos (2009) a pesquisa exploratória descritiva combinada tem objetivo principal de descrever completamente determinado fenômeno, desse modo, a pesquisa nos viabiliza conhecer o fenômeno da sucessão, os atores sociais envolvidos no processo e de aproximar-se dos fatos que ocorrem dentro do fenômeno que ocorre nas empresas familiares.

3.1.3 Quanto aos Meios

Quanto aos meio a pesquisa é documental, levantando informações de Cursos de Administração de Instituições de Ensino Superior por meio dos seus sites institucionais. Para o suporte teórico, foram pesquisados artigos, livros, manuais, monografias, dissertações e teses. Segundo Marconi e Lakatos (2009) o levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de revistas, livros, imprensa escrita e publicações avulsas, se constitui o aporte teórico da pesquisa. A sua finalidade é fazer com que o pesquisador fique em contato direto com todo o material escrito sobre um determinado assunto, auxiliando o cientista na análise de suas pesquisas ou na manipulação de suas informações. Pode ser considerado como o primeiro passo de toda a pesquisa científica.

3.2 COLETA DE DADOS

O estudo foi realizado por meio de levantamento documental, a fim de conhecer as pesquisas publicadas sobre os cursos de Administração na Paraíba pelo levantamento das principais atividades propostas no PCC. Pesquisou-se assim, sites das instituições públicas de ensino superior na Paraíba.

Segundo Coper (1989) apud Gil (2009) esta se constitui de uma técnica decisiva para a pesquisa em ciências sociais e humanas, pois a Análise Documental é indispensável, onde a maior parte das fontes escritas – ou não – são quase sempre a base do trabalho de

investigação, realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos.

Os dados foram coletados através dos Projetos Pedagógicos dos cursos de Universidades Públicas da Paraíba. Para tanto buscou-se nos sites de todas as instituições públicas da Paraíba os respectivos PPC's dos cursos de administração. Entretanto nem todos os cursos disponibilizam o PPC, sendo possível localizar apenas 5 PPCs.

Assim destacaram-se cinco Projeto Pedagógico de quatro Instituições de Educação Superior: Instituto Federal da Paraíba – IFPB campus João Pessoa, Universidade Estadual da Paraíba – UEPB campus Campina Grande, Universidade Federal Campina Grande – UFCG campus Sousa e Universidade Federal da Paraíba – UFPB campus Bananeiras e João Pessoa.

3.3 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Analisar significa decompor e examinar sistematicamente os elementos que compõem o texto. É nessa etapa que o pesquisador entra em maiores detalhes sobre os dados coletados, procurando estabelecer as relações necessárias entre os dados obtidos e os objetivos propostos (MEDEIROS, 2010).

E ao finalizar a coleta de dados, o pesquisador precisa processá-los para se detectar possíveis falhas ou erros que possam confundir ou distorcer as informações a tempo de não prejudicar o resultado da pesquisa (MARCONI; LAKATOS, 2009).

A fase da análise dos dados é de grande importância na elaboração da pesquisa científica. Portanto, é necessário manter-se alguns cuidados para que se possa garantir a fidedignidade dos resultados. Assim é importante ressaltar que, existem diversos procedimentos utilizados para este fim, e após a escolhas dos trabalhos, faz-se necessário a análise dos mesmos.

Para a análise foi realizado um comparativo entre os 5 PPCs das IES da Paraíba acerca dos componentes curriculares, pesquisa e extensão e o trabalho de conclusão do curso.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados e discussões estão caracterizados quanto a Estrutura Curricular dos Cursos de Administração, Pesquisa e Extensão nos cursos de administração, Trabalho de Conclusão de Curso e os Comparativos entre os PPCs.

4.1 ESTRUTURA CURRICULAR DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO

A estrutura Curricular é a matéria ou disciplina acadêmica que compõe a grade curricular de um determinado curso. É obrigatória sua inclusão e ministração com a carga horária determinada na grade, a fim de que o curso tenha eficiência e validade.

De acordo com o objetivo proposto no estudo destaca-se os cinco PCCs de quatro Instituições Públicas de Educação Superior: Instituto Federal da Paraíba – IFPB campus João Pessoa, Universidade Estadual da Paraíba – UEPB campus Campina Grande, Universidade Federal Campina Grande – UFCG campus Sousa e Universidade Federal da Paraíba – UFPB campus Bananeiras e João Pessoa.

4.1.1 Estrutura Curricular Instituto Federal da Paraíba – IFPB

O Curso de Graduação Superior de Bacharelado em Administração no IFPB é vinculado a Unidade Acadêmica de Gestão e Negócios, está concebido à formar profissionais competentes técnica e cientificamente, capazes de desenvolver atividades de gerência, consultoria, planejamento e de pesquisa em organizações públicas, privadas e do terceiro setor, além da competência para empreender, internalizando valores de responsabilidade social, justiça e ética profissional.

O Bacharelado em Administração desenvolvido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB foi concebido como uma proposta eminentemente prática, onde na maior parte do tempo o aluno estará desenvolvendo atividades práticas em sala ou em laboratórios, simulando situações e desafios reais do profissional atuante nessas áreas.

Assim destaca-se a figura 1 da organização curricular do curso superior de bacharelado em administração no IFPB.

Figura 1: Matriz Curricular IFPB.

1º Período	2º Período	3º Período	4º Período	5º Período	6º Período	7º Período	8º Período
1.1 CH=67 Matemática I 4 aulas	2.1 CH=67 1.1 Matemática II 4 aulas	3.1 CH=67 2.4 Administração de Pessoas 4 aulas	4.1 CH=67 3.1 Práticas de Pesq. em Adm. Pessoas 4 aulas	5.1 CH=67 1.2 Administração Financeira Orçamen- tária 4 aulas	6.1 CH=67 4.1 Desenvolvimento Organizacional 4 aulas	7.1 CH=67 4.1 Jogos de Empresa 4 aulas	8.1 CH=360 7.1 Estágio Supervisionado/TCC
1.2 CH=67 Matemática Financeira 4 aulas	2.2 CH=67 Estatística Básica 4 aulas	3.2 CH=67 2.2 Estatística aplicada a Administração 4 aulas	4.2 CH=67 2.4 Adm. Produção, operações, manu- fatura e Serviços 4 aulas	5.2 CH=67 4.2 Práticas de Pesquisa em Adm. da Produção 4 aulas	6.2 CH=67 3.7 Gestão da Qualidade 4 aulas	7.2 CH=67 4.6 Políticas Públicas 4 aulas	7.1 7.2 7.3 7.4 7.5
1.3 CH=50 Sociologia Aplicada à Administração 3 aulas	2.3 CH=50 Inglês para Negócios 3 aulas	3.3 CH=50 Gestão Ambiental 3 aulas	4.3 CH=67 2.4 Adm. de Recursos Mat. e Patrimoniais 4 aulas	5.3 CH=67 1.6 Adm. de Sistemas de Informações 4 aulas	6.3 CH=67 4.3 Prática de Pesquisa em Recursos Mat. e Patrimoniais 4 aulas	7.3 CH=67 3.1 4.2 4.3 4.5 5.1 5.3 5.4 5.6	OPTATIVA CH=40 Língua
1.4 CH=67 Fundamentos Admi- nistração 4 aulas	2.4 CH=67 1.4 Teorias das Organi- zações 4 aulas	3.4 CH=50 2.4 Estratégia Organizacional 3 aulas	4.4 CH=67 2.2 Métodos e Técnicas de Pesquisa 4 aulas	5.4 CH=67 4.6 Legislação Social 4 aulas	6.4 CH=67 4.4 Prát. Pesquisa Adm. Fin. Orçamentaria 4 aulas	7.4 CH=67 5.3 Prática de Pesquisa em Adm. Sistema Informação 4 aulas	
1.5 CH=50 Filosofia e Ética Profissional 3 aulas	2.5 CH=67 Economia e Mercado 4 aulas	3.5 CH=50 2.5 Economia Brasileira 3 aulas	4.5 CH=67 2.4 Administração de Marketing 4 aulas	5.5 CH=67 4.4 Práticas de Pesquisa em Adm. Marketing 4 aulas	6.5 CH=67 2.7 Gestão da Saúde e Seg. do Trbh. 4 aulas	7.5 CH=67 4.2 4.3 4.5 5.1 5.6	7 4 2
1.6 CH=50 Informática Básica 3 aulas	2.6 CH=67 Psicologia aplicada à Administração 4 aulas	3.6 CH=67 Contabilidade Geral 4 aulas	4.6 CH=67 Introdução ao Direito Público, Privado e 3º Setor 4 aulas	5.6 CH=67 3.6 Contabilidade Gerencial 4 aulas	6.6 CH=67 3.2 Pesquisa Operacional 4 aulas		
1.7 CH=50 Comunicação Organizacional 3 aulas	2.7 CH=33 Saúde e Trabalho 2 aulas	3.7 CH=67 2.4 Organização, Sistemas e Métodos 4 aulas					
C.H.Semestral = 401h	C.H.Semestral = 418h	C.H.Semestral = 418h	C.H.Semestral = 402h	C.H.Semestral = 402h	C.H.Semestral = 402h	C.H.Semestral = 336 h	C.H.Semestral = 360h
Carga Horária do Curso..... 2.778 horas Estágio Supervisionado ou TCC..... 360 horas AACC..... 100 Carga Horária Total do Curso 3.238 horas							

Fonte: IFPB, 2010.

Assim o curso contempla na formação básica conteúdos relacionadas com os estudos sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais, econômicos, ambientais, contábeis, bem como os relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas.

Na formação profissional pode-se destacar as áreas específicas, envolvendo teorias de Administração e das Organizações, Administração de Recursos Humanos, Marketing, Produção, Financeira e Orçamentária, Sistemas de Informação Gerenciais, estratégia empresarial.

Nos conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias, abrangem pesquisa operacional, jogos de empresa, matemática e estatística que contribuem para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à Administração.

Entretanto, sabe-se que somente com conteúdo aprendidos os alunos não conseguirão vislumbrar as atividades do dia-a-dia que desenvolverão como profissionais. Por isso, os professores oportunizam visitas técnicas em empresas dos mais variados segmentos, envolvendo para isso organizações públicas, privadas e do terceiro setor (IFPB, 2016).

A Instituição ainda oportuniza atividades e práticas de discussão e aprendizado durante todo o curso (palestras, debates, oficinas, visitas técnicas, seminários), que além de possibilitar a complementação de competências não constituídas no período normal pelos alunos, também será um momento de integração entre empregadores e trabalhadores do setor produtivo, trazendo à discussão os temas prementes e atuais do mercado de trabalho. A proposta é que essas palestras, oficinas e seminários refiram-se diretamente às unidades curriculares ofertadas na fase em questão. Desta maneira, ao final do curso, os alunos terão uma complementação com vivências práticas referentes a cada uma das unidades curriculares abordadas no curso.

4.1.2 Estrutura Curricular Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

A Composição Curricular do Curso de Administração da UEPB é entendida como uma dimensão mais ampla de desempenhos esperados que sobrepuja-se ao pragmatismo da própria escola e procura responder não somente às necessidades do mercado de trabalho, mas também mudar seu enfoque de solucionador de problemas, condutor de forças produtivas e das relações sociais, para promover as novas relações sociais e produtivas, além de buscar formar um profissional capaz de ajustar-se com rapidez aos avanços da ciência e da tecnologia no estabelecimento de uma nova ordem.

Nesses termos, o Curso de Administração busca estabelecer a consonância entre a Resolução CNE/CES/4/2005, que “Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências” e o novo Regimento dos Cursos de Graduação da UEPB (Resolução CONSEPE/UEPB/068/2015) que trata da organização dos cursos de graduação (BRASIL, 2005).

A fim de realizar a interação entre as resoluções norteadoras do processo de reelaboração do PPC e considerando que as atividades básicas incluirão os componentes

resultantes dos conteúdos fixados pelo órgão competente do MEC, devendo corresponder a pelo menos 50% da carga horária do curso. Portanto, as Atividades Básicas e os conteúdos referentes à dimensão dos componentes básicos comuns e específicos conforme novo Regimento dos Cursos de Graduação da UEPB, que inclui o estágio supervisionado e o trabalho de conclusão de curso.

Na figura 2 destaca-se a organização curricular do Curso Superior de Bacharelado em Administração no UEPB.

Figura 2: Matriz Curricular UEPB.

Semestre 1								
Componente Curricular	Cód	T	P	O	D	L	Total	Pré-requisito
CONTABILIDADE I	CON01149	60	0	0	0	0	60	
MATEMÁTICA APLICADA A ADMINISTRAÇÃO	MAT01154	60	0	0	0	0	60	
METODOLOGIA CIENTÍFICA	SOC01012	30	30	0	0	0	60	
PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL	PSI01089	60	0	0	0	0	60	
TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO I	ADM01001	60	0	0	0	0	60	
Total Semestre		270	30	0	0	0	300	

Semestre 2								
Componente Curricular	Cód	T	P	O	D	L	Total	Pré-requisito
CONTABILIDADE II	CON01150	60	0	0	0	0	60	CON01149
ECONOMIA I	ADM01009	60	0	0	0	0	60	
ESTATÍSTICA APLICADA A ADMINISTRAÇÃO I	EST01087	60	0	0	0	0	60	
SOCIOLOGIA DAS ORGANIZAÇÕES	SOC01095	60	0	0	0	0	60	
TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO II	ADM01016	60	0	0	0	0	60	ADM01001
Total Semestre		300	0	0	0	0	300	

Semestre 3								
Componente Curricular	Cód	T	P	O	D	L	Total	Pré-requisito
CONTABILIDADE DE CUSTOS	CON01151	60	0	0	0	0	60	CON01150
ECONOMIA II	ADM01014	60	0	0	0	0	60	ADM01009
ESTATÍSTICA APLICADA A ADMINISTRAÇÃO II	EST01090	60	0	0	0	0	60	EST01087
FILOSOFIA E ÉTICA	FIL01108	60	0	0	0	0	60	
GESTÃO DE PESSOAS	ADM01012	60	0	0	0	0	60	ADM01001 SOC01095
Total Semestre		300	0	0	0	0	300	

Semestre 4								
Componente Curricular	Cód	T	P	O	D	L	Total	Pré-requisito
DIREITO ADMINISTRATIVO	DIR01108	60	0	0	0	0	60	
GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS	ADM01020	60	0	0	0	0	60	ADM01012
INTRODUÇÃO A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	CPT01117	45	0	0	0	15	60	
LEGISLAÇÃO SOCIAL E TRABALHISTA	DIR01112	60	0	0	0	0	60	
MATEMÁTICA FINANCEIRA	ADM01092	60	0	0	0	0	60	MAT01154
Total Semestre		285	0	0	0	15	300	

Semestre 5								
Componente Curricular	Cód	T	P	O	D	L	Total	Pré-requisito
ADMINISTRAÇÃO DE MARKETING I	ADM01026	60	0	0	0	0	60	ADM01016
ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS E PATRIMONIAIS	ADM01028	60	0	0	0	0	60	ADM01016
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	ADM01096	60	0	0	0	0	60	MAT01159 CON01151
COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL	ADM01027	60	0	0	0	0	60	ADM01020
DIREITO TRIBUTÁRIO	DIR01107	60	0	0	0	0	60	
Total Semestre		300	0	0	0	0	300	

Semestre 6								
Componente Curricular	Cód	T	P	O	D	L	Total	Pré-requisito
ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO	ADM01038	60	0	0	0	0	60	ADM01016 ADM01028
ADMINISTRAÇÃO DE MARKETING II	ADM01037	60	0	0	0	0	60	ADM01026
ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	ADM01087	60	0	0	0	0	60	ADM01086
ECONOMIA BRASILEIRA	ADM01034	60	0	0	0	0	60	ADM01014
ORÇAMENTO EMPRESARIAL E PÚBLICO	ADM01088	60	0	0	0	0	60	DIR01108 CON01150
Total Semestre		300	0	0	0	0	300	

Semestre 7								
Componente Curricular	Cód	T	P	O	D	L	Total	Pré-requisito
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	ADM01043	60	0	0	0	0	60	DIR01108 ADM01088
ANÁLISE DE INVESTIMENTO	ADM01090	60	0	0	0	0	60	ADM01087
EMPREENDEDORISMO	ADM01042	60	0	0	0	0	60	ADM01086
GESTÃO AMBIENTAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL	ADM01045	60	0	0	0	0	60	
GESTÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	ADM01093	45	0	0	0	15	60	
Total Semestre		285	0	0	0	15	300	

Semestre 8								
Componente Curricular	Cód	T	P	O	D	L	Total	Pré-requisito
ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA	ADM01047	60	0	0	0	0	60	ADM01016
ELABORAÇÃO E GESTÃO DE PROJETOS	ADM01050	60	0	0	0	0	60	ADM01090
GESTÃO DA QUALIDADE	ADM01051	60	0	0	0	0	60	
LOGÍSTICA	ADM01052	60	0	0	0	0	60	ADM01028 ADM01038
PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO	ADM01048	60	0	0	0	0	60	
Total Semestre		300	0	0	0	0	300	

Semestre 9								
Componente Curricular	Cód	T	P	O	D	L	Total	Pré-requisito
Eletiva	—	60	0	0	0	0	60	
Eletiva	—	60	0	0	0	0	60	
Eletiva	—	60	0	0	0	0	60	
Eletiva	—	60	0	0	0	0	60	
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	ADM01053	0	0	60	0	0	60	
Total Semestre		240	0	60	0	0	300	

Semestre 10								
Componente Curricular	Cód	T	P	O	D	L	Total	Pré-requisito
ESTÁGIO SUPERVISIONADO	ADM01072	300	0	0	0	0	300	
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	ADM01071	0	0	60	0	0	60	
Total Semestre		300	0	60	0	0	360	

	T	P	O	D	L	Total
Total por Dimensão Formativa	2880	30	120	0	30	3060

Fonte: UEPB, 2016

Nos conteúdos de formação básica compreendem estudos filosóficos, antropológicos e éticos, políticos, sociais, comportamentais, econômicos e contábeis, e das ciências jurídicas, assim como o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e o Estágio Supervisionado.

Os conteúdos de formação profissional compreendem estudos das teorias de administração e das organizações e suas respectivas funções, e a administração de recursos humanos, mercado e marketing, materiais, produção e logística, financeira e orçamentária, sistemas de informações, planejamento estratégico e serviços e suas inter-relações com a realidade social objetivando a construção de competências e habilidades que permitam ao graduando compreender os métodos gerenciais como construções humanas; entender a relação entre o desenvolvimento das ciências naturais e o desenvolvimento tecnológico, bem como associar as várias tecnologias aos problemas administrativos, gerenciais, organizacionais e estratégicos.

Os conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias compreendem estudos de métodos quantitativos direcionados à resolução de problemas, de tomada de decisão, o uso e o gerenciamento de recursos tecnológicos e do processo produtivo, modelos matemáticos e estatísticos e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à administração.

Nas atividades complementares, segundo o Regimento dos Cursos de Graduação da UEPB, Resolução UEPB/CONSEPE/68/2015, são componentes eletivos de nivelamento ou aprofundamento e também as atividades Acadêmico-Científico Culturais (AACC).

De acordo com o que determina a Resolução UEPB/CONSEPE/68/2015, o curso de Administração propõe dois conteúdos distintos para as Atividades Complementares, um relacionado à oferta de componentes curriculares (componentes eletivos) e outro relacionado às opções do aluno, considerando suas preferências e potencialidades, essas denominaremos de Atividades Acadêmico-Científico e Culturais (AACC).

As AACCs totalizam uma carga horária de 120 horas. Essas atividades deverão estar relacionadas ao curso e ao exercício da profissão e serem reconhecidas, tais como: viagens de estudos, fórum de debates, simpósios, congressos, palestras, seminários, monitoria e outros, envolvendo o corpo docente e discente com vistas a integração horizontal dos conteúdos programáticos, cursos de formação do estudante quanto ao desenvolvimento do espírito criativo e crítico de sua consciência e função do compromisso social, dentre outros.

4.1.3 Estrutura Curricular Universidade Federal Campina Grande – UFCG

O curso de Administração da UFCG – Campus Sousa tem duração de 04 anos e meio e funciona no turno noturno. Aumentar a produtividade e competitividade de empresas públicas e privadas é um dos objetivos do profissional de Administração. Para tanto, o currículo do Curso de Administração da UFCG integra disciplinas de diversas áreas como economia, sociologia, marketing, relações humanas, administração financeira, direito, entre outras.

O Currículo do Curso de Administração da UFCG – Campus Sousa foi organizado de acordo com as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Administração e possui uma carga horária total de 3.000 (três mil) horas. Dessa carga horária 2.700 (duas mil e setecentas) horas correspondem a conteúdos de natureza científico-culturais, 120 (cento e vinte) horas de Atividades Complementares Flexíveis e 180 (cento e oitenta) horas de Estágio Curricular Supervisionado.

Nos conteúdos de formação básica incluem-se os conteúdos teóricos e práticos fundamentais relacionados com estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais, econômicos e contábeis, bem como os relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas, indispensáveis para a formação básica dos alunos do Curso, ficando assim elencadas: Introdução à Informática, Sociologia e Antropologia, Redação Empresarial, Filosofia, Instituições do Direito Público e Privado, Direito Empresarial, Psicologia Organizacional, Contabilidade Básica, Análise Econômica I e II, Contabilidade de Custos, Contabilidade Gerencial e Ética Profissional.

Nos conteúdos de formação profissional estão incluídos os conteúdos fundamentais da formação profissional do aluno: Teoria Geral da Administração I e II, Teoria Geral das Organizações, Fundamentos de Marketing, Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais, Administração de Pessoas I e II, Administração de Marketing, Administração da Produção I e II, Administração de Sistemas de Informação I e II, Administração Financeira I e II, Comportamento Organizacional, Administração Logística, Elaboração e Análise de Projetos, Administração de Serviços, Planejamento e Administração Estratégica, Empreendedorismo e Administração Pública. Estes conteúdos visam à ampliação da formação do discente, bem como, a capacitação técnica nas diversas áreas de atuação do administrador, contribuindo para uma formação mais dinâmica e generalista do profissional.

Nos conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias incluem-se as formações nas áreas de estudos quantitativos e tecnológicos, dotando o discente de conhecimentos teórico-práticos da utilização de modernas tecnologias de informação e comunicação no exercício de sua profissão, bem como, de que maneira tais tecnologias podem dinamizar e melhorar os processos de gestão de organizações sociais. Nesta área incluem-se os seguintes componentes curriculares: Matemática Financeira, Estatística, Pesquisa Operacional e Jogos de Empresas.

Todos os componentes curriculares estão graficamente apresentados no fluxograma do Curso, que encontra-se na figura 3.

Figura 3: Matriz Curricular UFCG.

1º PERÍODO	2º PERÍODO	3º PERÍODO	4º PERÍODO	5º PERÍODO	6º PERÍODO	7º PERÍODO	8º PERÍODO	9º PERÍODO
Teoria Geral da Administração I 4	Teoria Geral da Administração II 4 A1	Teoria Geral das Organizações 4 A1	Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais 4	Administração da Produção I	Administração da Produção II	Administração Logística	Estágio Curricular Supervisionado I 6 D7	Estágio Curricular Supervisionado II 6 A8
Matemática Básica	Matemática Financeira 4 B1	Estatística	Administração de Pessoas I	Administração de Pessoas II	Pesquisa Operacional	Empreendedorismo	Administração Pública	Jogos de Empresas
Metodologia e Técnicas de Pesquisa Científica 4	Redação Empresarial	Fundamentos de Marketing	Administração de Marketing	Administração de Sistemas de Informação I	Administração de Sistemas de Informação II 4 C5	Optativa	Elaboração de Projeto de Pesquisa	Trabalho de Curso
Introdução à Informática 4	Filosofia	Contabilidade Básica	Contabilidade de Custos	Contabilidade Gerencial	Administração Financeira I	Administração Financeira II	Ética Profissional 2	Optativa 4
Sociologia e Antropologia	Instituições do Direito Público e Privado	Análise Econômica I	Análise Econômica II	Direito Empresarial	Comportamento Organizacional 4 F2	Elaboração e Análise de Projetos 4	Administração de Serviços	Optativa 4
	Psicologia Organizacional 4						Planejamento e Administração Estratégica 4 B7	
							Optativa	
20 300	20 300	20 300	20 300	20 300	20 300	20 300	26 390	26 390
NOME DA DISCIPLINA CR PR	LEGENDA PR - PRE-REQUISITO CR- CREDITOS			CARGA HORARIA Total de Horas: 3000 Total de Créditos: 200		INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR EM PERÍODOS LETIVOS Tempo Mínimo: 09 Períodos Tempo Máximo: 13 Períodos		

Fonte: UFCG, 2010.

E na área dos conteúdos da formação complementar são direcionados os estudos opcionais de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando. No curso de administração campus Sousa são trabalhados os seguintes componentes curriculares com estas características: Matemática Básica, Metodologia e Técnicas de Pesquisa Científica, Elaboração de Projeto de Pesquisa, Trabalho de Curso, Estágio Curricular Supervisionado I e II, Atividades Complementares Flexíveis e os componentes curriculares optativos.

4.1.4 Estrutura Curricular Universidade Federal da Paraíba – UFPB campus Bananeiras

A criação do curso partiu do interesse da UFPB em expandir sua estrutura multicampi, associada à disponibilidade de recursos financeiros, captados à época pelo então Reitor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, bem como atendendo à linha de ação do Projeto Integrado do Desenvolvimento Cooperativista.

A sua estrutura curricular teve como referência um programa similar da Universidade Federal de Viçosa – MG, adequando-se às especificidades regionais. Em 16 de novembro de 1978, com a criação do Centro de Formação de Tecnólogos (CFT) da UFPB, o curso deixou de pertencer ao Centro de Ciências e Tecnologia (CCT) e passou para o Centro recém-criado.

O Curso de Administração do CFT é um curso pautado num Projeto Político Pedagógico tradicional, direcionando sua calibração profissional principalmente nas cooperativas e de forma menos contundente na gestão de empresas agroindustriais.

Nos conteúdos de formação básica incluem-se Economia de Empresas, Relações de Trabalho e Política, Direito Empresarial, Contabilidade Geral, Filosofia, Ética Empresarial, Informática Empresarial, Sociologia das Organizações, Psicologia das Organizações, Comportamento e Desenvolvimento Humano nas Organizações.

Nos conteúdos de formação profissional estão incluídos Teoria Geral da Administração I e II, Administração de Marketing I e II, Planejamento Estratégico, Administração de Pessoas I e II, Administração da Produção I e II, Administração Financeira I e II, Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais, Administração das Arquiteturas

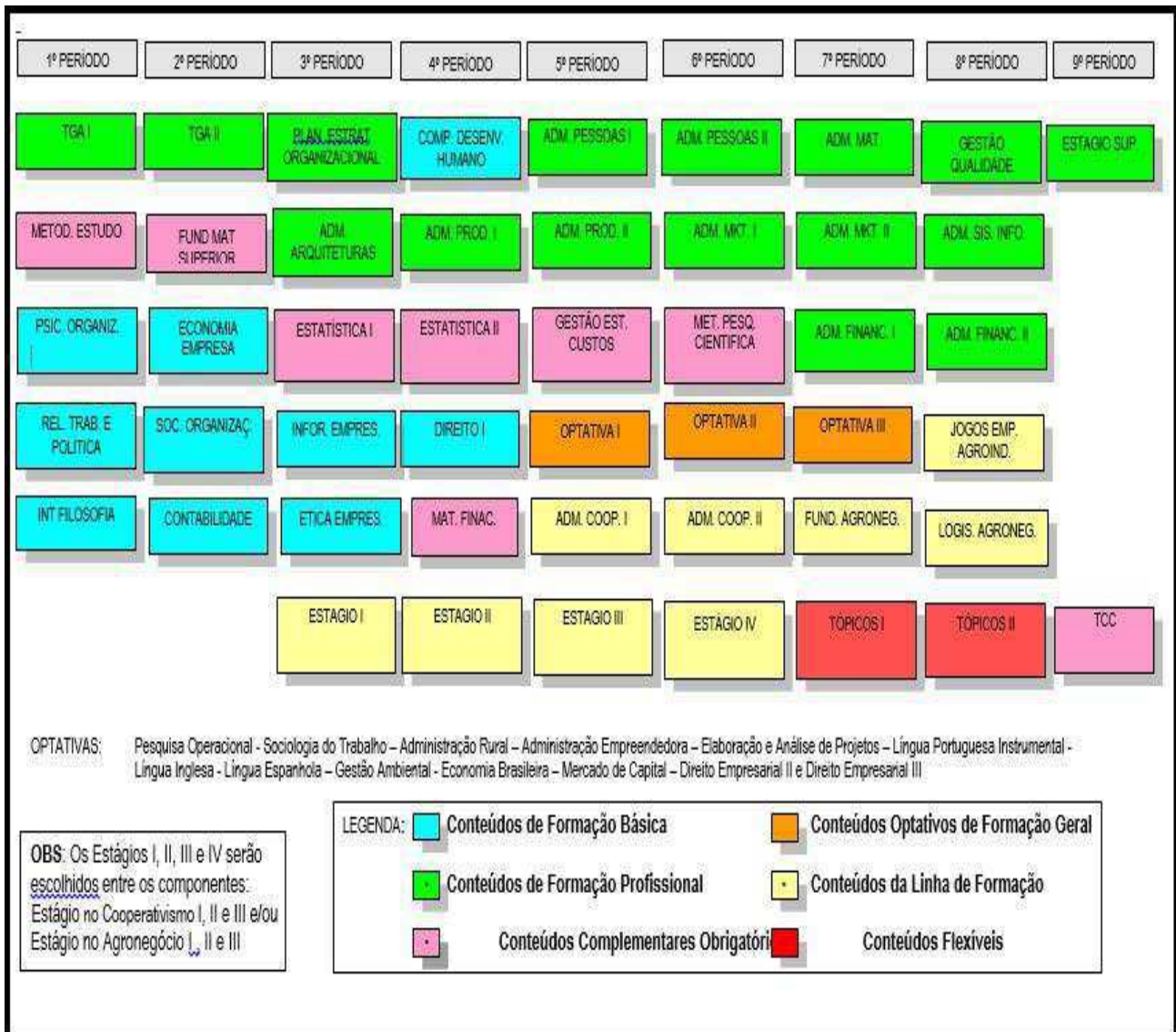
Organizacionais, Administração de Sistemas de Informações, Gestão da Qualidade e Estágio Supervisionado.

Nos conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias destacam-se; Introdução ao Cálculo Diferencial e Integral, Matemática Financeira, Gestão Estratégica de Custos, Estatística I, Estatística II, Metodologia da Pesquisa Científica e Metodologia do Estudo Científico.

Na área conteúdo da formação complementar são direcionados Elaboração de Projeto de Pesquisa, Trabalho de Curso, Estágio Curricular Supervisionado I e II, Atividades Complementares Flexíveis e os componentes curriculares optativos.

Abaixo na figura 4 destaca-se os componentes curriculares no fluxograma do Curso.

Figura 4: Matriz Curricular UFPB campus Bananeira.



Fonte: UFPB, 2016.

Com observado na figura 4 o Curso de Administração do Campus UFPB campus Bananeira é voltado mais para o agronegócio.

4.1.5 Estrutura Curricular Universidade Federal da Paraíba – UFPB campus João Pessoa

O Curso de Administração do Campus I da UFPB é o espaço de formação de graduação em Administração que tem como objetivo central formar profissionais de alto nível para exercício da carreira gerencial em organizações públicas, sociais ou empresariais, ou para formação complementar de vocação acadêmica nos cursos de mestrado e doutorado da própria UFPB. No Curso, os discentes estudam assuntos fundamentais incluindo Teoria das Organizações e da Administração, Comunicação, Contabilidade, Economia, Matemática aplicada, Estatística aplicada, Finanças, Marketing, Recursos Humanos, Materiais e Logística, Comportamento organizacional, além de Produção e Operações.

O curso é voltado para a formação de profissionais empreendedores com visão estratégica e humanista, abertos à mudanças, com vistas às suas atuações junto ao próprio empreendimento, como também em organizações públicas e privadas, além de oferecer as características genéricas para exercer processos de gestão com eficiência, eficácia e efetividade, direcionadas ao exercício de uma liderança que resulte nas mudanças sociais e econômicas em toda a cadeia produtiva do agronegócio e na gestão das cooperativas.

Nos conteúdos de formação básica incluem-se Economia de Empresas, Direito na Administração, Contabilidade para Administradores, Introdução à Filosofia, Informática Administrativa, Sociologia das Organizações, Psicologia das Organizações, Relações de Trabalho e Política, Ética na Administração e Comportamento e Desenvolvimento Humano nas Organizações.

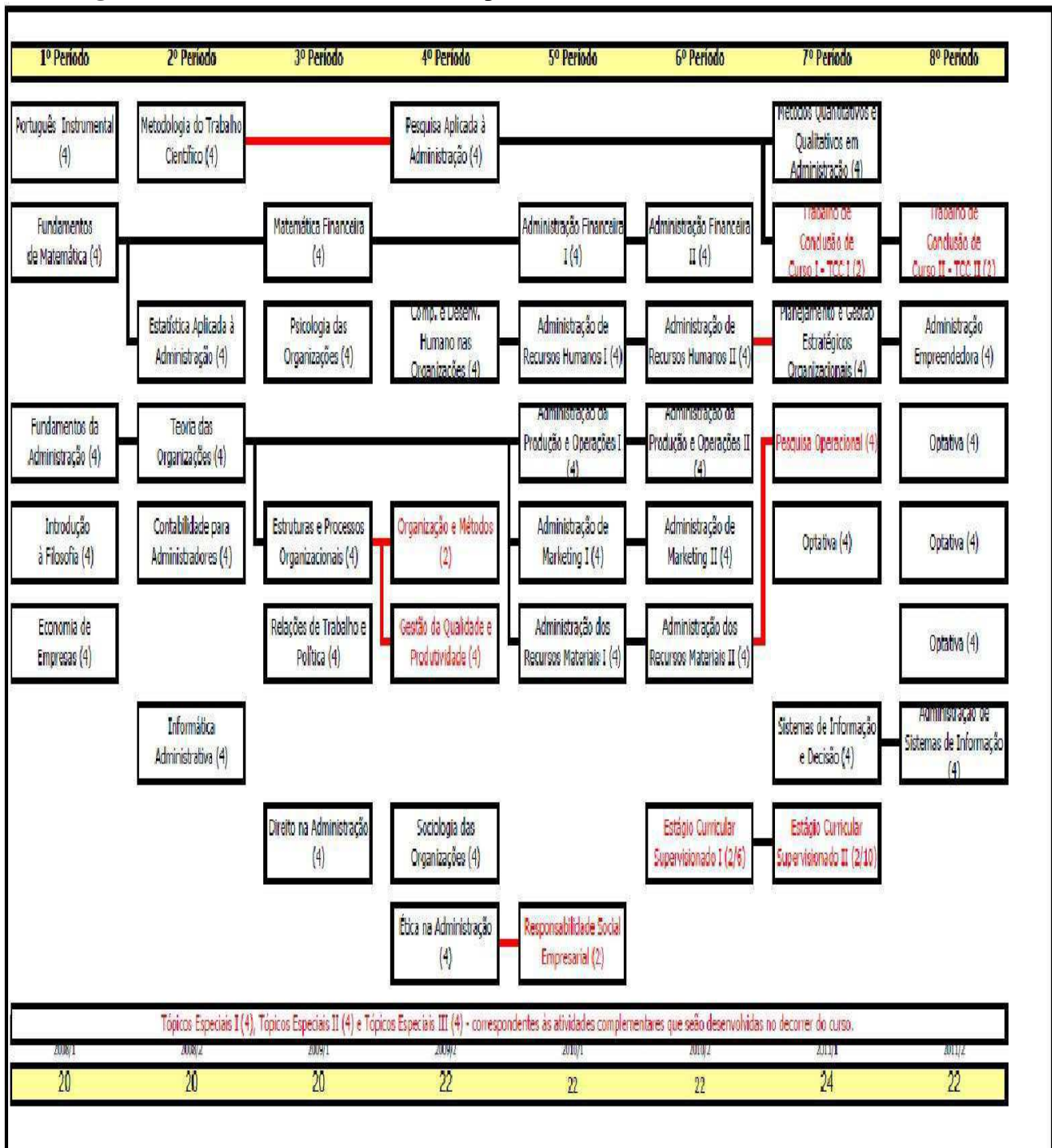
Nos conteúdos de formação profissional estão incluídos, Fundamentos da Administração, Teoria das Organizações, Administração de Recursos Humanos I e II, Administração da Produção e Operações I e II, Administração Financeira I e II, Administração de Marketing I e II, Administração de Recursos Materiais I e II, Sistemas de Informação e Decisão, Administração de Sistemas de informação, Planejamento e Gestão Estratégicos Organizacionais, Estágio Supervisionado I, Estágio Supervisionado II, Estágio Supervisionado III e Estágio Supervisionado IV.

Nos conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias destacam-se: Fundamentos da Matemática, Matemática Financeira, Estatística Aplicada à Administração, Estruturas e Processos Organizacionais.

Na área conteúdo da formação complementar são direcionados Metodologia do Trabalho Científico, Trabalho de conclusão de Curso e Metodologia da Pesquisa Aplicada à Administração.

Abaixo destaca-se a figura 5 com os componentes curriculares no fluxograma do Curso.

Figura 5: Matriz Curricular UFPB campus João Pessoa.



Fonte: UFPB, 2016.

Além do foco no mercado local, o administrador graduado no Centro De Graduação em Administração (CADM) é capacitado para atuar nos mercados regional e nacional, além de ter oportunidade de inserção internacional. Para tanto, o curso conta com um corpo docente com 14 doutores, 08 mestres e 01 professor que está em capacitação para obter o título de doutor; e com laboratório de informática e um Núcleo de Estudo de Empreendedorismo.

4.2 PESQUISA E EXTENSÃO NOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO

A extensão universitária é responsável por realizar a troca dos saberes acadêmicos com os saberes populares, realizando a disseminação do conhecimento adquirido na Universidade e contribui para a melhorar a vida das populações afetadas por estas. Surge a partir da ideia de universidade popular que apresenta experiências de práticas educativas de extensão, como salas de leituras, experiências de rádio e difusão, difusão cultural, cursos de conferência aberta para discussão e solução de problemas sociais (MOITA; ANDRADE, 2009).

A pesquisa e extensão, como função acadêmica da universidade, objetiva a integração do ensino e da pesquisa incorporando-se a essas práticas. Não deve estar voltada à prestação de serviços em uma perspectiva assistencialista, e sim voltada para o atendimento das necessidades sociais das camadas populares, buscando a troca de saberes entre universidade e sociedade. Esta troca de conhecimentos é benéfica tanto para a população beneficiada, como para a formação dos estudantes inseridos e aos professores que compartilham este conhecimento (JEZINE, 2004).

No IFPB, o curso prevê uma carga horária prevista de cem (100) horas para as atividades de pesquisa e extensão, vinculadas a formação e promovidas pelo Curso de Administração, visando à integração entre as bases tecnológicas das unidades curriculares, e a prática no mercado de trabalho, com os seguintes objetivos: Oferecer palestras, minicursos e workshops com profissionais atuantes no mercado de trabalho nas áreas relacionadas aos cursos oferecidos pelo IFPB; Acrescentar às atuais práticas docentes as tendências e exigências do mercado de trabalho; Apoiar a associação entre ensino, extensão e pesquisa; Estimular o desenvolvimento das competências e habilidades profissionais integradas à realidade do mercado. Dentre as atividades do IFPB estão: participação em Programa de

Iniciação Científica (PIBCT) e no Programa PET, através da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa do IFPB.

Na UEPB com o novo Regimento dos Cursos de Graduação abriu-se à possibilidade de que as atividades desenvolvidas em projetos de pesquisa (PIBIC, PIVIC, PIBID OU PET) e projetos de extensão sejam integralizadas pelos estudantes de duas formas diferentes: ou como carga horária de estágio supervisionado ou como atividade complementar de natureza científico-acadêmico-cultural.

Já na UFCG a integração entre ensino, pesquisa e extensão no Curso de Administração do Campus de Sousa, desenvolve-se em função de três eixos fundamentais: a) como complemento da sala de aula, de forma orientada, nas diversas disciplinas do Curso; b) como atividade específica, desenvolvida pelos professores, com participação dos alunos; e c) como no Trabalho de Conclusão de Curso, possibilitando a concretização plena da formação profissional do aluno, contribuindo para uma visão holística de seu campo de atuação. A extensão aparece integrada com o ensino de duas grandes maneiras: (a) por meio de cursos de extensão, eventos e conferências, trazendo ao aluno as grandes discussões e novidades na área de administração e sistemas de informação; e (b) através da prestação de serviços à comunidade, possibilitando o aprendizado prático do aluno e o cumprimento da função social da instituição e do curso.

A Política de Pesquisa e extensão da UFPB campus João Pessoa é vinculada a Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários – PRAC, que com a Universidade Federal da Paraíba tem a função de coordenar a política de extensão da instituição, fundamentando-se nos princípios de extensão como um trabalho acadêmico e social, promovendo a produção e a democratização do saber, o desenvolvimento e a organização da sociedade e a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e das responsabilidades do exercício da cidadania.

Na área de pesquisa os alunos bolsistas e voluntários podem participar das várias pesquisas em desenvolvimento, dentre elas, Marketing de Varejo, Stress no Trabalho e Motivação Humana. E na área de extensão, dentre as atividades, destaca-se a Empresa Júnior, a primeira criada no Estado e uma das mais conceituadas no país e na região. Na Empresa Júnior o aluno dá os primeiros passos rumo à sua futura profissão, enfrentando os desafios e dificuldades do dia-a-dia de um administrador.

Já a Política de Pesquisa da UFPB campus Bananeiras fundamenta-se na formação de profissionais capazes de tratar da comunicação e liderança; capazes de produzir conhecimento e promover as mudanças cobradas pela sociedade e condicionadas à sobrevivência das

organizações. Assim destaca-se na extensão, atividade complementar do ensino, os projetos desenvolvidos na instituição, permitindo ao aluno a contextualização do teórico nos casos práticos, além da participação de alunos em atividades de Iniciação Científica, no âmbito do PIBIC/UEPB.

Outras possibilidades são o intercâmbio dos alunos entre IES, através do componente Tópicos Emergentes; Possibilidade de, enquanto alunos, administrarem a cooperativa existente, fisicamente abrigada dentro do CFT e Possibilidade de interação com a incubadora de empresas, em implantação no Campus III.

4.3 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade acadêmica obrigatória que sistematiza o conhecimento sobre um objeto de estudo relacionado ao curso. Esse é desenvolvido sob orientação e avaliação docente em forma de monografia, artigo científico ou relatório final de estágio, a critério dos professores, orientadores e coordenação do curso de graduação, segundo os direcionamentos dos respectivos PPC.

No PPC do IFPB, o TCC tem como objetivos principais desenvolver a capacidade de aplicação dos conceitos e teorias adquiridas durante o curso de forma integrada; despertar o interesse pela pesquisa como meio para a resolução de problemas; intensificar a extensão universitária através da resolução de problemas existentes no setor produtivo e na sociedade e estimular a construção do conhecimento coletivo.

O acompanhamento dos discentes para o TCC no IFPB é feito por um docente orientador, observando sempre a área de conhecimento do projeto, e caso haja necessidade, poderá existir a figura do co-orientador, desde que aprovado pela Coordenação do curso.

A defesa do TCC será realizada em evento público específico, cuja data, horário e local serão informados pela Coordenação do Curso. A banca de defesa será composta, no mínimo, pelo orientador do trabalho e por 02 (dois) docentes. Na elaboração do TCC, devem ser seguidas as recomendações especificadas nas normas vigentes da ABNT.

Ainda no IFPB a avaliação do TCC será registrado em formulário próprio, imediatamente após a defesa pública em sessão privada aos membros da banca, no qual cada membro atribuirá nota de 0 (zero) a 100 (cem). A nota final corresponderá à média aritmética das notas atribuídas pelos membros da banca de avaliação, no qual o discente é considerado

aprovado, caso obtenha a média igual ou superior ao mínimo exigido pelas Normas Didáticas do Ensino Superior do IFPB.

Em relação a UEPB, esta adotou as normas da ABNT como padrão para normalização dos seus Trabalhos de Conclusão de Curso. Assim, as normas que os alunos devem conhecer para normalizar seus TCCs são: NBR 6022 – Apresentação de artigos em publicações periódicas, NBR 6023 – Informação e documentação – Referências – Elaboração, NBR 6024 – Numeração progressiva das seções de um documento, NBR 6027 – Sumário – Apresentação, NBR 6028 – Resumo – Apresentação, NBR 6034 – Índice – Apresentação, NBR 10520 – Citações em documentos – Apresentação, NBR 14724 – Trabalhos Acadêmicos: Apresentação.

Na UFCG, o Trabalho de Conclusão em Administração (bacharelado) é regulamentado pela Resolução N° 02/2014 do Colegiado do Curso e consiste em um conjunto de atividades concernentes à pesquisa científica, previstas para serem desenvolvidas pelos discentes nos dois últimos períodos do curso: Projeto de Pesquisa (8º período) e Relatório Final da Pesquisa (9º período).

A realização tanto do projeto quanto do relatório final da pesquisa dependem do estudante contar com um orientador, um(a) professor(a) da UACC/CCJS da UFCG cujo compromisso de orientação deve ser formalizado junto à Coordenação de TC de acordo com o cronograma divulgado no início do semestre e por meio do Termo de Compromisso para Orientação. É de responsabilidade do estudante procurar o(a) orientador(a) e solicitar o agendamento das orientações semanais. O padrão de apresentação e estrutura da Monografia tem como base as normas para documentação elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Vale destacar que a UFCG campus Sousa possui seu próprio manual específico para a elaboração tanto do projeto como o do TC.

Na UFPB campus João Pessoa e Bananeiras o trabalho de conclusão do curso é a confecção de uma monografia, obedecendo ao manual específico da instituição, com acompanhamento do Professor responsável do componente e do Orientador, apresentada publicamente, sendo julgada por uma banca composta por três membros, sendo o presidente o orientador, um membro escolhido pelo discente e outro indicado pelo professor responsável pela componente. A nota final será calculada através da seguinte maneira: $NF = (Nota\ do\ responsável) * 0,2 + (Nota\ final\ da\ banca) * 0,8$.

4.4 COMPARATIVOS ENTRE OS PPCs.

No caso dos 5 PCCs percebe-se que existem algumas diferenças entre alguns dos componentes curriculares.

No Instituto Federal da Paraíba – IFPB campus João Pessoa, os destaques são para as disciplinas de Inglês para Negócios, Saúde e trabalho, Gestão ambiental e Libras. Na disciplina de Inglês para Negócios existem aulas teóricas e práticas de materiais de leitura autêntica, visando ensinar ao aluno a linguagem universal dos negócios. O IFPB mantém políticas e ações de acessibilidade aos portadores de necessidades especiais nos diferentes espaços e aos saberes. Para além de rampas e sinalizações as IES tem buscado ampliar a inclusão dessas pessoas na comunidade acadêmica, estimulando os estudantes de todos os cursos a cursarem o componente curricular de Libras.

Na pesquisa e extensão do IFPB os destaques são as palestras, minicursos e workshops com profissionais atuantes no mercado de trabalho nas áreas relacionadas. Além dos diversos projetos que a universidade possui como Programa de Iniciação Científica (PIBCT) e Programa PET, através da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa do IFPB.

No trabalho de conclusão do curso do IFPB o destaque é para a figura do co-orientador, desde que necessário e com a aprovação da Coordenação do curso. Nesse sentido o co-orientador, tem como principal função a instrução e o norteamento de como abordar e realizar estudo científico de um tema específico, especialmente enquadrando tal estudo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Na Universidade Estadual da Paraíba – UEPB os destaques são voltados ao mercado, como nas disciplinas de Análise de Investimento, Economia Brasileira, Orçamento Empresarial e Público. Na Análise de Investimento são estudadas decisões financeiras de longo prazo; Métodos de avaliação econômica de investimentos; Taxa Interna de Retorno – TIR, Valor Presente Líquido – VPL; Ponto de Pagamento – PAYBACK; Ponto de Fischer; Comparação de projetos de investimentos; Aplicações em substituição de equipamentos; Análise de múltiplas alternativas; Decisões de investimentos em condições de risco; Características dos projetos independentes e mutuamente excludentes, avaliados pelo VPL a partir do ponto de Fischer.

Na pesquisa e extensão UEPB os destaques são os projetos de pesquisa (PIBIC, PIVIC, PIBID OU PET) e projetos de extensão integralizadas. Já no trabalho de conclusão do curso o projeto pedagógico mostra todas as normas que deverão ser utilizadas pelos alunos, além do que o TC e o estágio supervisionado estão entre os conteúdos de formação básica,

enquanto que na UFCG – Campus Sousa os mesmos constam como conteúdo de formação complementar.

Na Universidade Federal Campina Grande – UFCG o diferencial dos componentes curriculares dos outros cursos está nas disciplinas de Redação Empresarial e Administração de Serviços. Na disciplina de Redação Empresarial busca desenvolver nos alunos competências de leitura e escrita referentes ao meio empresarial, através da aplicação de regras de construção textual dos diferentes gêneros a fim de alcançar os objetivos específicos de uma empresa. Na disciplina de Administração de Serviço são estudados as características e os elementos dos serviços; Os tipos de serviços e os possíveis mercados; O serviço do ponto de vista do cliente; Criando valor por meio dos serviços; A importância dos serviços na economia brasileira; Ciclo de serviços; Pacote de serviços e seus componentes; Qualidade na prestação de serviço administrando relacionamentos e aumentando a fidelidade do cliente; Aspectos usados pelos clientes para avaliar o desempenho em serviços; Novos serviços: desenvolvimento e lançamento e Serviços na nova economia.

Na pesquisa e extensão os destaques da UFCG são na integração dos três eixos fundamentais: a) como complemento da sala de aula, de forma orientada, nas diversas disciplinas do Curso; b) como atividade específica, desenvolvida pelos professores, com participação dos alunos; e c) como no Trabalho de Conclusão de Curso, possibilitando a concretização plena da formação profissional do aluno. No projeto pedagógico fala também do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Administração (NUPEAD) que um órgão de apoio ao Curso de Administração, que terá por finalidade dar suporte, incentivar e atender às necessidades de pesquisas e estudos organizacionais, tanto do Curso de Administração quanto da comunidade.

No trabalho de conclusão do curso o destaque é que o mesmo poderá ser realizado em duas modalidades: Monografia ou Artigo Científico, ficando a cargo da Comissão responsável pelo Trabalho de Conclusão do Curso decidir para cada turma qual a melhor forma dos alunos desenvolverem o TCC.

Na Universidade Federal da Paraíba – UFPB campus Bananeiras as cadeiras são voltadas mais para o agronegócio com disciplinas como: Fundamentos do Agronegócio, Logística de Agronegócio e outras disciplinas, enquanto o campus de UFPB de João Pessoa está voltado mais para indústria/comércio. Sabendo-se que o Centro de Formação de Tecnólogos, localizado no Município de Bananeiras, é circunvizinhado por 24 municípios que totalizam uma população de aproximadamente 370.492 habitantes (11,5% do total do Estado

da Paraíba), está inserido numa área de vocação administrativa e agroindustrial, que requer ações contextualizadas no Ensino, Pesquisa e Extensão, voltadas para o desenvolvimento regional e que visam à promoção de parceiros com projetos públicos e privados para introduzir ou melhorar técnicas produtivas e sistemas organizacionais de produtores, objetivando sua integração no mercado de trabalho e/ou melhoria de seus métodos tradicionais.

Assim o curso de administração de UFPB de Bananeiras encaminha-se a manutenção do Bacharelado em Administração, porém Bacharelado em Administração com linha de formação em Cooperativas e no Agronegócio, alinhando-se as linhas de pesquisa e extensão do CFT, que estão basicamente no Cooperativismo e no Agronegócio: Apicultura, Avicultura, Ranicultura, Suinocultura, Bovinocultura, Caprinocultura, Piscicultura, Silvicultura, Horticultura, Unidade de Irrigação, Unidade de Processamento de Produtos Agropecuários e outros.

De fato, o Agronegócio e o Cooperativismo são setores co-irmãos e andam muito próximos fazendo parte do leque de habilidades em questão. De igual maneira não se pode mais conceber a Agropecuária como atividade isolada. Ela está integrada aos demais setores econômicos de forma dinâmica, organizando-se em complexos agroindustriais. Esses segmentos, quaisquer que sejam os seus tamanhos, para sobreviver precisam estruturar-se como Agronegócios. Desta forma alastra-se o profissionalismo empresarial no mundo rural, em uma economia aberta e em processo de globalização. De modo que se faz necessário formar novas gerações de empreendedores rurais e de gerentes de agronegócios, tanto em empresas familiares como em organizações cooperativas.

As empresas agroindustriais crescem extrapolando as fronteiras do mundo rural e ganham espaços no mundo urbano, com cooperativas de trabalho, serviços e crédito. Todas elas precisam de administradores capacitados a conduzi-las como empresas competitivas sem, contudo, reduzir ou afastar-se dos seus princípios comunitários e de organização de pessoas.

Esta ampliação das atividades do agronegócio e cooperativas requer uma preparação mais diversificada do profissional de administração, de modo que esta estruturação do Plano Pedagógico está sendo configurada de modo a atender esses requisitos, bem como demonstrar flexibilidade para acompanhar as tendências do sistema agroindustrial na região e em todo o país.

Analisando de forma geral é possível inferir que o curso do IFPB e UFPB campus João Pessoa está voltado mais para a indústria vista a sua localidade. A UFCG campus Sousa

segue uma linha nacional de formação, bem como o da UEPB. No UFPB campus bananeiras é possível destacar o aproveitamento da região, trazendo o curso para a realidade local com contribuições voltadas para a região, pretendendo-se a redução das desigualdades, com oferta de pessoal qualificado para o setor produtivo, permitindo a melhoria das condições de vida da população.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo conhecer os Cursos de Administração de Universidades Públicas da Paraíba com base no seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC). Nesse sentido, o trabalho desenvolveu-se numa perspectiva sobre o ensino da Administração, considerando sua evolução de forma cronológica e factual, na intenção de facilitar a leitura e o entendimento.

Por meio do referencial teórico foi possível visualizar as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), mostrando que elas representam um papel importante ao dispor sobre os pressupostos gerais voltados para a formação profissional, além de forçarem a implementação de medidas inovadoras que perpassam, inevitavelmente, por uma avaliação do fazer universitário, com competência e qualidade. Vale destacar que ao contrário de normas anteriores direcionadas à organização curricular, as DCN se apresentam de maneira articulada com outras ações ministeriais mais amplas, direcionadas ao ensino superior brasileiro.

Sobre o segundo objetivo foi possível encontrar cinco projetos pedagógicos de quatro instituições públicas da Paraíba, sendo IFPB campus João Pessoa, UEPB campus Campina Grande, UFCG campus Sousa e UFPB campus João Pessoa e Bananeiras. Sobre os projetos pedagógicos das quatro instituições nota-se que apesar de todos os cursos estudados apresentarem os PCCs parecidos, há uma flexibilização da grade, facilitando o curso a se adaptar as necessidades de seu ambiente. Contudo todos os cursos estudados, mesmo sendo localizados no mesmo estado, apresentam currículos distintos.

A pesquisa possibilitou também avaliar a importância da pesquisa e extensão nas universidades e de como se apresentam os projetos pedagógicos. Entretanto não foi possível avaliar quesitos como: de que forma são realizados esses projeto de extensão, qual o desenvolvimento acadêmico e qual o desenvolvimento pessoal.

Pode aferir sobre a pesquisa e extensão que cada universidade tem os seus projetos e que tais projetos proporcionam ao estudante oportunidades de desenvolver suas habilidades, analisar situações e propor mudanças no ambiente organizacional e societário, produzindo conhecimento.

Com a pesquisa, notou-se a importância do projetos pedagógicos enquanto norteador das ações da universidade. Não obstante é necessário haver algumas iniciativas no sentido de demonstrar que o ensino em Administração pode se valer de outras formas além da matriz tradicional. A maioria das práticas em termos pedagógicos na área enfoca a “transmissão para o uso” mais do que o posicionamento para a criação do conhecimento. A consequência direta

é que os administradores são formados com a visão de que serão verdadeiros solucionadores dos problemas organizacionais ao colocar em prática os modelos e técnicas que aprenderam na universidade, quando efetivamente não o são. Toda a perspectiva humana e emancipatória fica à margem do processo, havendo, conseqüentemente, mais treino para a execução operacional e acrítica do que educação para a libertação humana e politizada.

Como relata Freire (1998, p. 52) “ensinar não é transferir o conhecimento, mas criar possibilidades para sua construção”. O ensino que apenas reproduz, condicionando os estudantes a um processo de submissão-memorização-repetição não se compromete com sua emancipação, mas com a manutenção da supremacia da técnica e com a valorização do sistema em detrimento do humano.

Como desdobramento deste trabalho, reforça-se a importância de acompanhamento do descrito no projeto pedagógico e que o mesmo não seja apenas um documento formal, mas uma prática para validação do processo de construção do conhecimento.

REFERENCIAS

ALCADIPANI, R.; BERTERO, C. O. **Uma escola norte-americana no ultramar?** Uma historiografia da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. XXXVI Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro/RJ, 2012.

ALMEIDA, J. R. de; LOPES, F. R. B. **A docência no ensino superior:** a construção do conhecimento e a necessidade das práticas de pesquisas e extensão. Rev. e-Gaia Conhecimento, v. 1, n. 1, 2014.

ANASTASIOU, L. das G. C. **O Papel da Formação Pedagógica do Docente para Efetivação de uma Mudança Curricular.** Paraná, USPRP, 2010.

BENCKE, F. F.; GILIOLI, R. M. **Ensino de Administração no Brasil, inovação ou não e Anísio Teixeira:** Em busca do vazio. Trabalho apresentado como critério de avaliação da disciplina de Teorias Avançadas das Organizações, ministrada pelo Prof. Dr. Eric Dorion, no programa de Doutorado em Administração UCS/PUC no semestre de 01/2003.

BIELINSKI, A. C. **Educação profissional no século XIX.** Curso Comercial do Liceu de Artes e Ofícios: um estudo de caso. Senac, 2012. Disponível em: <http://www.senac.br/BTS/263/boltec263e.htm>. Acesso em janeiro de 2017.

BRAGA, G. B. et. al. **Análise da formação curricular dos cursos de administração oferecidos por instituições federais da Zona da Mata Mineira à luz da resolução CNE/CES nº 4, de 13 de julho de 2005.** Revista de Administração em Diálogo, v. 13, n. 3, set./out./nov./dez., p. 56-68, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira –INEP. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação– Bacharelados, Licenciaturas e Cursos Superiores de Tecnologia.** Brasília, maio, 2011.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES N.º4, de 13 de Julho de 2005.** Publicada no DOU, Seção 01, 19/07/2005. Câmara de Ensino Superior, 2005.

BRASIL. Decreto nº 579, de 30 de Julho de 1938. **Organiza o Departamento Administrativo do Serviço Público, reorganiza as Comissões de Eficiência dos Ministérios e dá outras providências.** Senado Federal, 1938.

BRASIL. Decreto nº 7.988, de 22 De Setembro de 1945. **Dispõe sobre o ensino superior de ciências econômicas e de ciências contábeis e atuariais.** Senado Federal, 1945.

BRASIL. Parecer nº 433 de 1993. **Novo Currículo mínimo do curso de graduação em Administração.** Ministério da Educação e Cultura: Conselho Federal de Educação, 1993.

BRASIL. Decreto nº 7.988 de 22 de setembro de 1945. **Dispõe sobre o ensino superior de ciências econômicas e de ciências contábeis e atuariais.** Senado Federal, 1945.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação – PNE.** Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931. **Organização do ensino comercial e criação do curso superior de administração e finanças**. Senado Federal, 1931.

BRASIL. Decreto nº 29.741, de 11 de Julho de 1951. **Institui uma comissão para promover a campanha nacional de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior**. Senado Federal, 1951.

BRASIL. Lei 4.769, de 9 de Setembro de 1965. **Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração, e dá outras providências**. Senado Federal, 1965.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 1, de 2 de fevereiro de 2004. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências**. Senado Federal, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2005. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências**. Senado Federal, 2005.

BRASIL. Parecer nº 977 CES, de 3 de dezembro de 1965. **Definição dos cursos de Pós-Graduação**. Senado Federal, 1965.

BRASIL. Conselho Federal de Administração. **Censo dos Cursos 2015**. Disponível em: <http://www.cfa.org.br/servicos/formacao-profissional/censo-dos-cursos-de-bacharelado-em-administracao-e-dos-cursos-superiores-de-tecnologia-nas-diversas-areas-da-administracao>. Acesso em 10 janeiro de 2017.

CFA. Parecer 307/66. CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO – CFA, 2012. Disponível em <http://www2.cfa.org.br/administrador/>. Acesso em 24 jan. 2017.

CHIAVENATO, I. **Introdução À Teoria Geral da Administração**. 9ª Ed. Manole, 2014.

CHRISTENSEN, Cl. **The ongoing process of building a theory of disruption**. The Journal of Product Innovation Management, v.23, n.1, 2006.

COELHO, F. de S.; NICOLINI, A. M. **Revisitando as origens do ensino de graduação em administração pública no Brasil (1854-1952)**. Rev. Adm. Pública vol.48 no.2 Rio de Janeiro Mar./Apr. 2014.

COLZANI, V. F. **Guia para redação do trabalho científico**. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2010.

COOPER, H.M. **Integrating Research: a guide for literature reviews**. London SAGE publication, 2ed., v.2.155p, 1989.

COSTA, A. M.; BARROS, D.F.; MARTINS, P. E. M. **Perspectiva histórica em Administração:** Panorama da literatura, limites e possibilidades. In: Anais ENCONTRO DA ANPAD, XXXIII, São Paulo, 2009.

EGOSHI, K. **ESAN - Escola Superior de Administração de Negócios:** A Primeira Escola de Administração do Brasil e da América Latina, 2012. Disponível em <http://www.cienciaadministracao.com.br/ESAN.htm>. Acesso em 19 jan. 2017.

FRANCISCO, T. H. A; et al. **O Desenvolvimento de Competências pela prática do Estágio Curricular Obrigatório do Curso de Administração da FACIERC.** IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do sul. Florianópolis, 25 a 27 de novembro, 2009.

FRAUCHES, C. da C. **Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação.** 1 ed. Brasília: Abmes, 2008.

FECAP. Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado. **História da FECAP.** [Internet}, 2012. Disponível em http://www.fecap.br/novoportal/historia_fecap.php?p=3. Acesso em 19 jan. 2017.

FEI. FUNDAÇÃO EDUCACIONAL INACIANA. **Institucional da FEI,** 2012. Disponível em <http://www.fei.org.br/PadreSaboiaMedeiros.aspx>. Acesso jan. 2017.

FERREIRA, A. B. de H. **Miniaurélio: o dicionário da língua portuguesa.** 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010. 895 p. ISBN 978-85-385-4240-7.

FISCHER, T.; et al. **Estudos organizacionais e estudos curriculares: trajetórias simétricas e convergências inevitáveis.** In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, IV, 2006, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: ANPAD, 2006.

FISCHER, T.; WAIANDT, C.; FONSECA, R. L. **A história do ensino em Administração:** Contribuições teórico-metodológicas e uma proposta de agenda de pesquisa. Rev. Adm. Pública vol.45 no.4 Rio de Janeiro Aug. 2011.

FRANCO, I. D. **O ensino de inovação na formação do administrador brasileiro:** Contribuições para os gestores de curso. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração. São Caetano do Sul: USCS / Universidade Municipal de São Caetano do Sul, 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

IFPB. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. **Projeto Pedagógico.** Diretoria do Campus João Pessoa, 2010.

MAIA, C. **Competências em inovação na formação do Administrador:** A visão dos gestores da região do Grande ABC. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração. São Caetano do Sul: USCS-Universidade Municipal de São Caetano do Sul, 2014.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, J. C. **Uma história da Administração no mundo e no início no Brasil.** Administração hospitalar: artigo online LinkedIn, 2015. Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/uma-historia-da-administra%C3%A7%C3%A3o-mundo-e-inicio-brasil-jairo-martins>. Acesso em janeiro de 2017.

MCLAREN, P. **Multiculturalismo crítico.** 3. ed. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2000.

MEDEIROS, E. G. **Análise da Qualidade de Vida no Trabalho:** um Estudo de Caso na Área da Construção Civil. Dissertação de Mestrado em Administração. Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação. Universidade Federal. Porto Alegre: UFRGS/PPGA, 2010.

MOITA, F. M. G. da S. C.; ANDRADE F. C. B. **Ensino-pesquisa-extensão:** um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 41 maio/ago. 2009.

MORIN, E. **A religação dos saberes:** o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

NICOLINI, A. M. **A graduação em administração no Brasil:** uma análise das políticas públicas. Dissertação. Fundação Getúlio Vargas/Escola Brasileira de Administração Pública, 2000.

NICOLINI, A.M. **Aprender a governar: a aprendizagem dos dirigentes públicos para as carreiras de Estado.** Tese (doutorado em administração) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

OLIVEIRA, A. L.; LOURENÇO, C. D. S.; CASTRO, C. C. **Ensino de administração nos EUA e no Brasil:** Uma análise histórica. Revista online Pretextos, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, 2014.

ORTEGA, L. M. **Programa Empreendedorismo-Escola:** Influenciando a universidade por meio do tripé ensino, pesquisa e extensão. RACEF – Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace. v. 7, n. 1, Ed. Esp. Ecossistemas de Inovação e Empreendedorismo, p. 118-132, 2016.

PINTO, V. R. R.; JUNIOR, M. D. M. **Uma abordagem histórica sobre o ensino da Administração no Brasil.** RPCA. Rio de Janeiro v. 6, n. 4, out/dez. 2012.

RICHARDSON, R. J.; et al. **Pesquisa social:** Métodos e Técnicas. 3ª Edição. São Paulo. Atlas, 2012.

SARAIVA, L. A. S. **A educação Superior em Administração no Brasil e a questão da Emancipação:** Um túnel no fim da luz? Revista Gestão e Planejamento, Salvador, v. 12, n. 1, p. 41-60, jan./jun. 2011.

SARAIVA, L. A. S.; BAUER, M. C. L.; PAIVA, K. C. M. **Desafios no universo das organizações de educação superior.** Gestão & Planejamento, Salvador, v. 10, n. 2, p. 1-13, jul./dez. 2009.

SILVA, M. R. da.; FISCHER, T. **Ensino de Administração: um estudo da trajetória curricular de cursos de graduação.** XXXII Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro/RJ, 2008.

SOUZA, H. L. de. **Proposta para o ensino da qualidade na graduação em administração com base na experiência da engenharia de produção.** Dissertação. Universidade Metodista de Piracicaba, 2006.

TEIXEIRA, A. **Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2005.

UEPB. Universidade Estadual da Paraíba. **Projeto Pedagógico de Curso PPC: Administração (Bacharelado) / Universidade Estadual da Paraíba CCSA; Núcleo docente estruturante.** Campina Grande: EDUEPB, 2016.

UFCG. Universidade Federal de Campina Grande. **Projeto Pedagógico do Curso de Administração: Campus – Sousa,** 2010.

UFPB. Universidade Federal da Paraíba. **Projeto Pedagógico Campus João Pessoa: Coordenação Do Curso De Administração,** 2010.

UFPB. Universidade Federal da Paraíba. **Projeto Pedagógico Campus bananeiras: Coordenação Do Curso De Administração,** 2010.

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. **Resolução nº 29, de 28 de abril de 2011: aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas.** Grupo de Trabalho de assessoramento aos Projetos Pedagógicos de Curso GT PPC, 2011.

VEIGA, I. P. A. **Educação Básica e Educação Superior: Projeto Político-Pedagógico.** Campinas, SP: Papyrus, 2004.